

A América Latina como outro: um discurso da direita brasileira¹

Jorge Chaloub²

Resumo: O presente artigo pretende refletir sobre as rupturas e continuidades nos usos do conceito de América Latina, assim como de outros termos a ele relacionados, como peronismo e bolivarianismo, ao longo da República de 1946 e depois da vitória eleitoral do PT nas eleições de 2002. O objetivo é identificar a longa duração de alguns dos argumentos da ultradireita brasileira contemporânea, sem perder atenção a suas inflexões e mudanças. Para tanto, o presente texto fará, em um primeiro momento, uma breve exposição das representações sobre a América Latina ao longo da República de 1946, a partir dos editoriais de Carlos Lacerda na Tribuna da Imprensa. Posteriormente, o texto abordará a presença desse discurso na ultradireita brasileira contemporânea, com a análise de três intelectuais públicos do campo: Olavo de Carvalho, Ernesto Araújo e Paulo Guedes. Por fim, o texto levantará algumas hipóteses sobre as razões das continuidades e rupturas que marcam esse discurso.

Palavras chave: Direitas; América Latina; Peronismo; Bolivarianismo; Ultradireita

¹ Esse artigo é resultado da pesquisa "Anatomia das direitas brasileiras", financiada com recursos do CNPq e da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

² Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Introdução: os vários momentos de um discurso

No dia 28 de outubro de 2018, à noite, Paulo Guedes deu sua primeira entrevista à imprensa internacional depois da vitória de Jair Bolsonaro no segundo turno da eleição presidencial. O economista já fora indicado pelo futuro presidente como um dos seus “superministros”, enquanto futuro titular de um “superministério” que incluiria as áreas da Fazenda, Planejamento e Indústria, Comércio e Desenvolvimento, então dispersas em três ministérios. Segundo declarações do próprio Bolsonaro, em razão da sua plena ignorância em temas econômicos, Guedes teria total liberdade para implementar seu programa. Como foi amplamente noticiado na imprensa à época, o futuro ministro era um dos grandes fiadores do Governo perante a burguesia nacional e alguns meios de comunicação, como o grupo Globo, onde Guedes escrevera durante onze anos.³

A entrevista tinha, portanto, o peso de uma declaração oficial de intenções do novo governo. Como era esperado, as perguntas tratavam dos caminhos da economia brasileira nos próximos anos. Depois de anunciar, fiel a sua agenda ultraliberal, que seus objetivos iniciais eram o ataque ao déficit fiscal e a “abertura da economia”, Guedes causou a primeira crise diplomática, das muitas futuras, do governo ao reagir a uma pergunta da jornalista Eleonora Gosman, do jornal Argentino “O Clarin”, sobre o Mercosul. Fiel a seu estilo agressivo, Guedes afirmou: “O Mercosul é muito restritivo. O Brasil ficou prisioneiro de alianças ideológicas. Isso é ruim para a economia.”⁴ Quando questionado se o bloco ainda mantinha viés ideológico, Guedes segue em seu raciocínio: “Não será conosco, mas foi ideológico, no sentido de que somente negociava com gente com inclinações bolivarianas.”⁵ O diálogo segue com outras declarações impactantes do ministro, que vaticina que

3 Paulo Guedes escreveu semanalmente no Jornal O Globo entre 2007 e 2018. O perfil de Paulo Guedes, publicado na Revista Piauí em setembro de 2018, tem, por exemplo, o sintomático título “O fiador”. O artigo está disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fiador/>

4 “El Mercosur es muy restrictivo. Brasil quedó prisionero de alianzas ideológicas. Y eso es malo para la economía.” Disponível em: https://www.clarin.com/mundo/futuro-jefe-hacienda-brasil-mercosur-argentina-prioridad_0_x2oQw-tb0.html

5 “No lo será con nosotros, pero fue ideológico. En el sentido que usted solo negocia con gente que tiene inclinaciones bolivarianas.” Disponível em: https://www.clarin.com/mundo/futuro-jefe-hacienda-brasil-mercosur-argentina-prioridad_0_x2oQw-tb0.html

“não é prioridade a Argentina. O Mercosul tampouco é prioridade”⁶ e questiona em tom irônico: “De novo, pergunta mal feita, a pergunta é o seguinte: eu só vou comercializar com a Argentina? Não. Só vou comercializar com a Venezuela, a Bolívia e a Argentina? Não. Nós vamos comercializar com o mundo.”⁷

As menções a Venezuela e Bolívia revelam, por um lado, a pouca informação de Guedes sobre o Mercosul e o próprio Estado brasileiro, mas, sobretudo para esse texto, interessam como sintoma da importância de um discurso contrário à América Latina no centro da ultradireita brasileira contemporânea⁸. As “inclinações bolivarianas” mencionadas por Guedes não são uma exceção no discurso do grupo do qual ele é um dos protagonistas, mas a retomada de um tema constantemente mencionado e relevante para a construção da sua identidade política. Ao lado da adesão irrestrita aos Estados Unidos e da retórica conspiracionista que vê uma grande hegemonia comunista global, volta à tona nas últimas décadas um velho mote da direita brasileira, que vê na “latino-americanização” do Brasil um caminho de desordem, anarquia e crise.

O tema não emergiu na conjuntura apenas pelas vozes da ultradireita, tendo sido frequente nos editoriais dos grandes jornais e nos discursos de centro-direita e direita. As vitórias eleitorais de uma série de governos progressistas na América do Sul, ocorridas a partir do início dos anos 2000, responsáveis pelos que alguns chamaram de “onda rosa”, produziu como uma de suas consequências a forte presença da política externa no debate público brasileiro. As menções negativas a Venezuela, Argentina e Bolívia passaram a ser frequentes nas páginas da grande imprensa e nas disputas eleitorais. A padronização dessas experiências diversas, que acabavam frequentemente reunidas nas vagas categorias de populismo e

6 “No, no es prioridad la Argentina. El Mercosur tampoco es prioridad.” Disponível em: https://www.clarin.com/mundo/futuro-jefe-hacienda-brasil-mercosur-argentina-prioridad_0_x2oQw-tb0.html

7 Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/paulo-guedes-diz-que-mercosul-nao-sera-prioridade-em-governo-bolsonaro-23194734>

⁸ O termo ultradireita, que será desenvolvido na última seção do texto, se refere aos grupos que defendem uma radical ruptura ante a ordem democrática da 1988, a partir de um projeto político de uma direta afirmação de valores que vão da reconstrução de valores pré-modernos, em retórica francamente reacionária, até a implantação de um mercado não regulado, ainda mais radical que o neoliberalismo da escola austríaca, que, ao fim e ao cabo, recusa controles democráticos sobre o mundo da economia.

bolivarianismo, servia como crítica aos governos petistas, que eram cobrados com suas relações diplomáticas com os vizinhos latino-americanos, e o “Sul Global” em chave mais ampla, e constantemente comparados com eles, a despeito de condutas mais moderadas e menos conflituosas. Mesmo que o “reformismo fraco” petista (SINGER, 2012) não tenha construído uma nova ordem constitucional, como nas experiências de Venezuela, Bolívia e Equador, ou confrontado diretamente setores da classe dominantes, como o kirchnerismo na Argentina, eram frequentes os prognósticos, realizados pelos grandes jornais e políticos de centro-direita, de que o país estaria próximo de se tornar algo próximo das experiências da Venezuela ou de Cuba.

O discurso, entretanto, não se iniciou na mais recente conjuntura, mas remete à longeva construção da América Latina como outro da modernidade brasileira. Alguns importantes trabalhos sobre o conceito de América Latina no Brasil apontaram nesse sentido, tendo constituído um amplo inventário sobre as representações dos demais países do subcontinente e os sentidos do conceito de América Latina no Brasil (CARVALHO, 1999; BETHELL, 2009; TRILLO, 2012)⁹. Durante o Império, a imagem das instáveis repúblicas vizinhas surgia como justificativa da centralização imperial, capaz de, distintamente daqueles, manter a ordem. A defesa da ordem saquarema em um autor como o Visconde de Uruguai, que defendia as virtudes da centralização (SOUSA, 2002) e o papel pedagógico do Estado (CARVALHO, 2002), passava pela recusa dos caminhos latino-americanos. Como não tínhamos o viço da sociedade inglesa, nos restava, segundo o membro do Partido Conservador, adotar a centralização francesa, já que a descentralização e a república implicariam na anarquia do governo dos caudilhos do subcontinente.

Dotado de maior entusiasmo ante a experiência norte-americana, Joaquim Nabuco, cultor de um liberalismo matizado com as tintas conservadoras da ordem, e crítico da emergência republicana, convergia com Uruguai na visão negativa da América Latina. Em livro sobre o Presidente chileno José Manuel Balmaceda, escrito como crítica aos primeiros anos da Primeira República brasileiro e lançado em 1895,

⁹ Deve-se registrar que há uma ampla bibliografia sobre a origem a trajetória do conceito de América Latina. Dos muitos textos disponíveis, podemos mencionar ARDAO, 1980; FERES, 2004; MIGNOLO, 2005.

Nabuco afirma que, ao longo do século XIX, Brasil e Chile eram “exceções genuínas na América do Sul, saliências de terras firmes entre ondas revoltas e ensanguentadas” (NABUCO, 2008, p. 33).

A República traria outros críticos dos caminhos sócio-políticos latino-americanos, discurso que unia desde o arielista¹⁰ anti-estadunidense Eduardo Prado a Euclides da Cunha e Oliveira Lima, estes defensores da inevitabilidade da hegemonia norte-americana (BETHEL, 2009, p. 303). O período, todavia, também teve representações mais positivas da América Latina, tanto entre intelectuais, como Manuel Bonfim, quanto como influência institucional, como bem demonstrado pela inspiração da Constituição Argentina em institutos centrais da Constituição brasileira de 1891 (LYNCH, 2012).

A massificação da política brasileira no pós-1945 daria um novo sentido ao velho discurso. A modernização e ampliação do nacional-popular¹¹ no subcontinente e a proximidade, em meio a profundas diferenças, entre a construção das personas políticas de Vargas, Domingos Perón e Lázaro Cárdenas – todas marcadas, em algum grau, por uma nova linguagem nacionalista e uma nova perspectiva de inclusão das massas – dariam um lugar de maior destaque ao pertencimento do Brasil à América Latina. Nesse contexto, as semelhanças entre o varguismo e as experiências políticas de países vizinhos, com destaque para o peronismo, passaram a frequentar com mais assiduidade o debate político.

Assim como na conjuntura mais recente, o período entre a Segunda Guerra Mundial e o Golpe de 1964 foi um momento onde a presença de temas da política externa no debate público interno foi particularmente sensível. Essa *porosidade* nem sempre é uma marca do Brasil, país que por uma série de características históricas e geopolíticas apresenta um cenário político onde os temas globais, mesmo que sempre relevantes, são por vezes secundários ou ausentes na superfície do debate

¹⁰ O arielismo é certa tradição da ensaística latino-americana crítica ao utilitarismo dos Estados Unidos e à plena vigência de uma ordem competitiva, à qual contrapõe retorno à certas raízes ibéricas aristocráticas e anti-utilitárias. Sua maior referência é o autor uruguaio Juan Enrique Rodó.

¹¹ O conceito de nacional-popular se refere a uma tradição latino americana que conjuga uma retórica nacionalista, de mobilização das massas, com a proposta de reformas estruturais amparadas em políticas sociais. Sobre essa tradição, ver KAYSEL, Andre, 2018.

público. Não foi o caso no cenário da Grande Guerra e dos primeiros momentos da Guerra Fria, nem da conjuntura das duas últimas décadas.

O novo sentido do discurso passa pelas profundas mudanças políticas do pós-1945. A maior complexidade da ordem econômico-social brasileira e a ampla inclusão de massas na cena político-institucional aumentaram o número de linguagens e posições políticas presentes na cena pública brasileira (BRANDÃO, 2007). Nesse cenário, cresceu a tensão entre posições opostas no mundo político, que agora comportava divergências mais intensas entre as posições à direita e à esquerda. Em meio a esse processo, o discurso de crítica a América Latina, como forma de identificá-la como um outro do “verdadeiro Brasil”, passou a ser mobilizado quase que exclusivamente por autores à direita, como os udenistas e militares cosmopolitas.

É central para esse movimento a reorganização da cena política brasileira após o fim do Estado Novo. Como já apontado por importante bibliografia, a construção de uma ampla coalizão política anti-varguista, que conjugava desde lideranças militares do Estado Novo, algumas delas simpatizantes de véspera das potências do Eixo, como Góes Monteiro, até oligarquias regionais de discurso liberal que apoiaram Vargas na Revolução de 1930 (BENEVIDES, 1981; CHALOUB, 2015), levou Vargas a apostar em um discurso mais próximo das massas populares (ALMINO, 1980) e a compor alianças com setores progressistas. Um bom exemplo é o protagonismo do outrora ilegal Partido Comunista do Brasil (PCB) no Queremismo. A frente anti-varguista contava com nomes de clara vinculação à esquerda, como os membros da Esquerda Democrática e importantes intelectuais brasileiros, como Caio Prado Junior (LAHUERTA, 2014), mas os desdobramentos daquele momento fariam com que o varguismo, outrora o discurso legitimador de uma ditadura, caminhasse progressivamente para a esquerda, em peculiar movimento ideológico, no qual os membros de um antigo regime autoritário passam a ocupar posições mais progressistas que as dos seus críticos liberais. O fenômeno seria ainda mais intenso após a morte de Vargas, quando o trabalhismo organizado em torno do PTB assume feição progressivamente reformista (DELGADO, 1989) e passa ser alvo de ataque cada vez mais intenso de forças políticas que reivindicam um alinhamento com o Ocidente norte-americano e uma inserção não nacionalista

do Brasil no mundo. Se durante a Segunda Guerra cresceu uma franca hostilidade contra os países do Eixo, ao longo da Guerra Fria ganhou força um discurso do trabalhista e do comunista como inimigo interno. O *outro* se distinguiu por práticas corruptas e subversivas, que submetiam os verdadeiros interesses nacionais a potências estrangeiras, em movimento supostamente escamoteado por uma falsa retórica nacionalista.

O discurso anticomunista (MOTTA, 2002) quase sempre assumia as vestes de uma forte adesão ao lado americano, então presente tanto dentre lideranças da direita udenista, como era o caso de Carlos Lacerda e Bilac Pinto (CHALOUB, 2015, 2018, 2019), como dentre os militares, como bem expõem as manifestações da ala *cosmopolita do Exército* (PEIXOTO, 1980), que tem nos textos de Golbery Couto e Silva (1967, 1981, 2003) um bom exemplo.

A questão central para o presente texto é que, em meio ao discurso anticomunista e anti-trabalhista, o imaginário crítico à América Latina era fortemente presente e uma chave importante para compreender a topologia ideológica da época. Primeiro com a menção ao peronismo Argentino, uma obsessão de Lacerda, que chegou a divulgar cartas falsas entre João Goulart e o deputado peronista Antonio Jesús Brandi, às vésperas das eleições de 1955. Depois com o temor da via cubana, após da Revolução de 1959 e a crise dos mísseis de 1961, que levou o anticomunismo ao centro do debate público (MOTTA, 2002). Se a existência do polo soviético fazia a recusa a América Latina menos presente que na atual conjuntura, a construção do inimigo próximo como local da subversão era ponto comum e com muitos aspectos semelhantes.

O presente artigo pretende refletir sobre as rupturas e continuidades entre os usos do conceito de América Latina, assim como dos conceitos a ele relacionados, como peronismo e bolivarianismo, ao longo da República de 1946 e posteriormente à vitória eleitoral do PT nas eleições de 2002. O objetivo é identificar a longa duração de alguns dos argumentos da ultradireita brasileira contemporânea, de modo a não os tomar como absoluta novidade no debate político atual. Trata-se, de certo modo, de uma maneira de abordar os aspectos distintivos da ultradireita que despontou no centro do cenário político em 2013, com certos grupos das Jornadas de Junho, e que chegou ao poder com Jair Bolsonaro na eleição presidencial de 2018. Mais do

que debater a pertinência do conceito de “nova direita” (CASSIMIRO, 2018; ROCHA, 2019), que depende mais do recorte de cada trabalho do que do objeto em si, o trabalho pretende refletir sobre em que sentido se pode falar em novidade. Se despontam, por certo, mudanças, seja pelo modo de construção de identidades políticas ou pelo lugar de determinados discursos e ideias, há, por outro lado, continuidades que merecem ser destacadas. Mesmo que tais continuidades, como no caso em análise, ganhem sentidos diversos em conjunturas distintas.

Para tanto, o presente texto fará, em um primeiro momento, uma breve exposição das representações sobre a América Latina ao longo da República de 1946, a partir dos editoriais de Carlos Lacerda na Tribuna da Imprensa. A escolha do ator passa pela sua centralidade em todo o campo da direita ao longo da República de 1946, haja vista a influência de Lacerda no liberalismo udenista, no setor cosmopolita das Forças armadas e dentre os setores críticos à esquerda do empresariado. O político carioca também é aquele que mais claramente conjugou a defesa de um alinhamento aos Estados Unidos à representação crítica dos caminhos políticos latino-americanos.

164

Posteriormente, o texto abordará a presença desse discurso na ultradireita brasileira contemporânea, com a análise de três intelectuais públicos do campo: Olavo de Carvalho, Ernesto Araújo e Paulo Guedes. A escolha se deve à influência pública dos citados, todos eles influentes no Governo Jair Bolsonaro e com amplo espaço na mídia, e ao fato de permitirem uma boa representação das três principais linguagens do campo: a reacionária, a neoconservadora e a ultraliberal. Por fim, o texto levantará algumas hipóteses sobre as razões das continuidades e rupturas que marcam esse discurso.

1. Peronismo, americanismo e Guerra Fria: o mundo de Carlos Lacerda

Juan Domingos Perón era figura frequente nos textos da Tribuna da Imprensa, jornal criado e comandado por Carlos Lacerda. A análise dos editoriais do

periódico - nos anos de 1950, 1951, 1954 e 1955¹² - não deixa dúvidas sobre a centralidade do líder político argentino para o discurso do tribuno udenista. As críticas ao peronismo e a denúncia contra o governo argentino eram não apenas tema frequente de reportagens do jornal, muitas vezes com destaque na primeira página, como constituíam um dos mais recorrentes motes retóricos dos editoriais da Tribuna, redigidos pelo próprio Lacerda.

O principal motivo para essa reiterada presença decorre do fato de que o peronismo se tornou para Lacerda, à época, uma categoria central para a representação do principal oponente do udenista: Getúlio Vargas. As proximidades entre Brasil e Argentina, mesmo em meio a suas profundas diferenças, tornavam Perón uma interessante fonte de analogias para os opositores do varguismo. As representações do líder argentino permitiam a Lacerda lembrar o grande público dos malfeitos ditatoriais do Estado Novo, que nutria de elementos próximos ao regime argentino, como a exploração do carisma do líder e o corporativismo (NEIBURG, 1997), e apontar para um futuro de crise, onde seriam reproduzidas, de forma ainda pior, as mazelas da sociedade argentina.

165

O peronismo surge nos textos de Lacerda do período em três sentidos: como um *regime político latino-americano*, como *variante do "social-fascismo" europeu* e como a *coalizão que governou a Argentina entre 1946 e 1955*. Nos dois primeiros usos, o termo usualmente remete a um esforço de caracterização ideológica de Vargas e do varguismo, quase sempre definido a partir de comparações com o fascismo e o comunismo, enquanto no terceiro Lacerda quase sempre mobiliza uma narrativa conspiracionista, com acusações de efetiva articulação de Perón para dominar a América do Sul. A questão, todavia, não passa apenas pela caracterização do discurso, como será feito nas próximas páginas, mas também demanda uma ampla reflexão sobre os motivos dessas escolhas narrativas.

12 A escolha dos anos se deveu à sobreposição entre o período de Perón à frente do Governo da Argentina e à particular intensidade do confronto político. Se em 1950 e 1951 Lacerda liderava forte campanha contra a candidatura e a posse de Vargas, em 1954 ele levanta ainda mais seu tom, já usualmente virulento, em defesa da derrubada do então presidente por todos os meios. Em 1955, por sua vez, Lacerda lidera uma das suas mais famosas pregações golpistas, por meio da clara defesa do adiamento das eleições. Por essas razões, mesmo tendo sido também consultados os editoriais de 1952 e 1953, dado o grande material de análise, o artigo optou por não mobilizar essas fontes.

Para compreender a construção dos argumentos, é necessário antes esclarecer alguns pressupostos. Lacerda parte de uma oposição binária entre o capitalismo cristão, campo da democracia e do liberalismo, e os regimes totalitários, que compartilham de uma mesma recusa fundamental aos fundamentos dessa “civilização”, que se define tanto por um determinado lugar, o Ocidente, quanto por certo substrato cultural, inerente ao conceito de cristianismo. O udenista não tem dúvidas do lugar do Brasil nessa perspectiva geopolítica: somos cristãos e ocidentais.

Tal questão remete a reiterados debates do Pensamento brasileiro e passa por uma reflexão sobre os fundamentos da cultura nacional, extensamente desenvolvida na área e destacada na obra de autores como Joaquim Nabuco, que opõe o sentimento brasileiro à imaginação europeia, e Gilberto Freyre. Tratava-se, por outro lado, de questão na ordem do dia em tempos de Guerra Fria. O tema do confronto entre civilizações já encontrava antecedente na própria construção da modernidade central (SAID, 2008), mas ganhou força ao longo da Segunda Guerra Mundial e, sobretudo após o final da década de 1940, encontrou no combate ao comunismo uma nova versão.

166

Da periferia, Lacerda replicava questões prementes no centro estadunidense. A política norte-americana era então abalada pelo agressivo anticomunismo do Senador Joseph McCarthy, que em fevereiro de 1950 aumenta sensivelmente o tom e o radicalismo das suas declarações. Posteriormente, a defesa do legado macartista, mesmo com eventual reconhecimento dos seus erros, seria um dos principais motes do conservadorismo e neoconservadorismo americano. Atento ao cenário internacional e especialmente ao norte-americano já há alguns anos, como bem demonstram suas colunas no Correio da Manhã, Lacerda se torna o mais influente representante deste discurso em terras brasileiras.

Segundo o jornalista, a Guerra Fria, acirraria e daria novo sentido a um confronto já existente, que não admitiria conciliações ou composições, pois transcorreria não apenas no campo dos interesses, mas no campo da cultura e das visões de mundo, de forma a opor realidades inconciliáveis (CHALOUB, 2018).

Pela primeira vez na civilização cristã ocidental, o reino do anti-Deus adquiriu forma política e social, e surge contra a cristandade como uma anti-Igreja, com os seus próprios dogmas, suas escrituras, sua

infalibilidade, sua hierarquia, sua cabeça visível, seus missionários e sua invisível cabeça. (LACERDA, 05 de abril de 1950)

A linguagem religiosa, sinal da conversão de Lacerda ao catolicismo por meio de Dom Lourenço de Almeida Prado, reforça o caráter moral do embate e ideia de confronto entre mundos¹³. Lacerda compartilhava com bacharéis udenistas como Milton Campos e Afonso Arinos de Melo Franco – assim como, em meio às muitas e explícitas diferenças, com o Integralismo – a crítica à defesa do puro interesse e de um mundo organizado a partir da economia, como ocorreria no comunismo e no nazismo. Esta seria uma característica dos regimes totalitários, todos eles inimigos da liberdade, da democracia e do Ocidente e, por tais motivos, profundamente similares: “Há uma semelhança essencial entre fascismo, nazismo e comunismo. O fascismo é a subordinação da pessoa ao Estado, o nazismo à raça, o comunismo à classe.” (LACERDA, 05 de abril de 1950). O puro discurso econômico levava ao comunismo russo e ignorava nosso lastro civilizacional:

[...] arriscamos agora entregar-nos a um neutralismo que só interessa a Rússia e ao comunismo, porque nos recusamos a considerar os problemas econômicos como uma decorrência, e não como fundamento, da estrutura moral da civilização cristã... nosso capital ideológico, ou seja, a conceituação da vida social como um conjunto de atos, de ações e interações, que não se subordinam a uma infraestrutura econômica, como, em verdade, não se subordinam a infraestrutura alguma: que são uma composição de interesses, de sentimentos, de impulsos, de ideais, que, no seu conjunto, nas suas próprias contradições, nas suas negações e afirmações e sínteses são, afinal, aquilo que se pode chamar ‘o patrimônio espiritual de uma civilização’ (LACERDA, 1964, p. 151-152).

Nesse mundo plenamente dividido não haveria lugar para indecisões. Se, na perspectiva de Lacerda, os Estados Unidos eram indubitavelmente a nação líder do mundo Ocidental, discursos de autonomia e não alinhamento usualmente ocultavam a adesão a um dos lados. Até havia espaço para uma posição “nacionalista”, como a inglesa, desde que compartilhada com um claro apoio aos norte-americanos. Em editorial sobre o discurso anti-imperialista da campanha de Vargas, o político carioca afirma:

Quando, precisamente, há que optar entre a política de resistência à Rússia e à de submissão à Rússia, que é hoje a grande potência

13 A identificação entre “Ocidente” e cristandade é tema de uma série de trabalhos. Sobre o assunto, ver IFVERSEN, 2007. Um discurso clássico sobre o Ocidente, como se verá na próxima seção, influente até os presentes dias, é SPENGLER, 1973. Um bom exemplo contemporâneo do discurso, que bem exemplifica sua contemporaneidade pode ser visto em HUNTINGTON, 1996.

expansionista no mundo, os homens de bem, quaisquer que sejam as suas diferenças de ideias e opiniões, ainda quando sejam contra o capitalismo, veem nos Estados Unidos, como quando aconteceu quando da resistência anglo-americana à ocupação nazista, o centro de resistência do mundo livre ao mundo automatizado. Existe, por certo, em termos de elaboração ideológica, uma terceira posição. Mas, na prática, mormente na dos governos, que não lidam apenas com ideologias e sim com problemas muito mais concretos e imediatos, a terceira posição é ainda uma miragem, e quando surja terá que ser, como já é a da Inglaterra com seu governo trabalhista, ou a da Índia, com seu governo de emancipação nacional, de cooperação e amizade com os Estados Unidos da América do Norte (LACERDA, 31 de outubro de 1950).

Futuro crítico e opositor da Política Externa Independente, de San Tiago Dantas e Afonso Arinos, Lacerda já atacava o nacionalismo desde a década de 1940. Em discurso como Governador da Guanabara, ele distingue o impulso de afirmação nacional, legítimo, do nacionalismo, usualmente relacionado com a exploração desse sentimento na direção dos interesses do comunismo internacional (LACERDA, 1964. p. 90). O discurso nacionalista, anti-americanista e anti-imperialista, usualmente amparado em interesses escusos, pode também derivar do simples ressentimento ante os norte-americanos, que nada constrói e na verdade inferioriza a pátria, ao tornar a economia mais importante que os valores morais: “Sem perceberem que, moralmente, as nações podem igualar-se independente de seu progresso material, esses “nacionalistas” inferiorizados no fundo desprezam sua pátria.” (LACERDA, 31 de outubro de 1950). Para Lacerda, o verdadeiro interesse nacional não apenas é perfeitamente consonante, mas mesmo demandaria um pleno alinhamento com os Estados Unidos.

A ideia de que a construção de uma posição independente do Brasil no mundo não passava pelo anti-americanismo possui predecessores tão relevantes para construção da política externa brasileira quanto Joaquim Nabuco, Barão de Rio de Branco e Rui Barbosa. Lacerda, todavia, aumentava as exigências do alinhamento e a tolerância com eventuais desvios. A retórica da guerra, mesmo sem um efetivo confronto bélico, fazia com que os dissensos dos tempos de paz resvalassem na traição. Nesse aspecto, o udenista constrói discurso extremamente próximo do setor

cosmopolita e anti-nacionalista das Forças Armadas, de grande influência na construção da Escola Superior de Guerra¹⁴.

A ideia de Ocidente, de forte afinidade com as formulações de Spengler (1973), e a definição da nação a partir do pertencimento a uma cultura mais ampla aproximam Lacerda de Golbery do Couto e Silva, o mais importante intelectual militar sobre temas geopolíticos (1967, 1981, 2003). A construção de “civilizações” a partir de uma ideia transnacional de “cultura”, de forte acento conservador e marcada pelo corte religioso, aproxima os dois protagonistas do Golpe de 1964. Eles também comungam da recusa ao puro discurso econômico, mesmo que também cultuassem uma segunda alma, que não negava a técnica da gestão e do planejamento econômico (MOTTA, 2005; CHALOUB, 2018). Esse gosto pela gestão estava presente, por exemplo, na defesa da Doutrina de Segurança Nacional formulada em meios militares em fina sintonia com os interesses americanos da Guerra Fria (REZNIK, 2004). Nessa narrativa, cabia aos militares não apenas a defesa no Estado no plano internacional e a luta contra os inimigos externos, mas também a batalha contra os inimigos internos¹⁵. Em discurso no Congresso Nacional nos idos de 1955, Lacerda afirma:

[...] chefes das Forças Armadas, a quem incumbe não apenas a defesa externa – cumpre salientar sempre isso – mas também a defesa interior do Brasil. Tenho aqui ouvido dizer-se ser preciso que os militares dispam a farda para opinarem sobre os assuntos internos da Nação. Desde quando, em que época, em que momento da História nacional essa exigência foi feita? Num país sem partidos verdadeiros, num país sem partidos que correspondam de fato às correntes da opinião nacional, num país em que a opinião nacional, no momento em que se desencadeou e pode opinar e decidir, foi desviada por um traumatismo e tem sido conduzida não pela razão, mas pelas emissões sucessivas de cada crise, de cada momento, de cada paixão, de cada facção, neste país assim constituído é grotesco que se venha trazer o exemplo daquelas nações em que, aí sim, o Exército é mudo, porque há séculos não existem ali ditaduras (LACERDA, 1982, p. 33-34).

Em meio a todas essas semelhanças, as distinções também eram significativas e passavam pelas vestes liberais de Lacerda, centrais para o seu papel

14 Sobre o lugar da nação e do nacionalismo nas Forças Armadas, boas referências são REZNIK, 2004, e CARVALHO, 2005.

15 Na década de 1960, o discurso da Guerra Revolucionária aproximou ainda mais udenistas e militares, já próximos em muitos momentos da sua lógica argumentativa. Maria Victoria Benevides (1981) expõe bem em sua clássica obra o militarismo da UDN. Para um bom exemplo desse discurso, ver Bilac Pinto (1964)

de tribuno eloquente e intelectual público. Enquanto Golbery, e outros cosmopolitas da ESG, preferiam as coxias, o udenista ocupava a frente do palco. Golbery também não dedicava a mesma atenção de Lacerda à influência política dos demais países latino-americanos. Se a datação posterior das principais obras de Golbery justifica a ausência do tema, vale notar como mesmo no Manifesto dos Coronéis, de 1954, que teve no então jovem militar um dos seus principais formuladores, não há grande destaque para o argumento. Para Lacerda, todavia, o peronismo dava maior concretude aos desdobramentos e influências externas na política interna. O peronismo era uma chave para interpretar, seja em perspectiva mais ampla ou na denúncia de conspirações concretas, o lugar das ideologias comunista, fascista e trabalhista no Brasil. Voltemos agora aos usos do peronismo no discurso lacerdista.

O primeiro sentido do termo peronismo nos textos de Lacerda o retrata como um novo tipo de experiência totalitária, capaz de adaptar para o cenário sul-americano as demais experiências do tipo, como o fascismo, o nazismo e o comunismo. Perón estaria à frente, neste sentido, de um tipo particular de regime político, resultado do encontro entre a realidade periférica e as ideologias anti-ocidentais. Se, nos parágrafos acima, buscou-se destacar no pensamento de Lacerda a similaridade entre os vários totalitarismos, vistos como a negação do Ocidente liberal cristão, é também necessário destacarmos como Lacerda vê as realidades periféricas, como a brasileira. Para o jornalista, a fragilidade das instituições tornaria países latino-americanos mais propícios para a penetração de ideológicas totalitárias exógenas. Em editorial que analisa, em chave elogioso, o golpe contra Perón, o udenista afirma: “...a falta de densidade e de continuidade, nas instituições e nos líderes, coloca-nos mais à mercê dos comunistas. Na Argentina, Perón encarnou um movimento de inegável profundidade” (LACERDA, 20 de setembro de 1955)

Segundo o raciocínio lacerdista, mesmo que na Europa os partidos comunistas tenham maior relevância eleitoral - afirmação que ignora a força eleitoral do PCB antes da ilegalidade¹⁶ - as condições latino-americanas propiciam

16 O PCB era não apenas o quarto partido mais votado para o Congresso Nacional, como tivera um candidato à Presidência com mais de 10% dos votos e mesmo alcançara a maioria em algumas relevantes Câmaras Municipais, como a do Rio de Janeiro.

uma situação mais crítica, que somente deixa dois caminhos políticos: a liderança das elites esclarecidas ou o sangrento caminho do peronismo. O udenista mais uma vez explicita sua usual organização do mundo em termos binários, onde a política se vê submetida às lógicas da moral:

A crise de maturidade das nossas nações não permite alternativas, não permite soluções parciais nem contemporização por perplexidade ou divisionismo. Ou os movimentos se desencadeiam sob a direção dos grupos mais esclarecidos, mais apercebidos dessa realidade, para permitir ao país o seu “coming of age”, a sua transição de nação semifeudal, primária e precária para nação moderna, industrial e de reforma agrária, ou se processam através de penosos caminhos como os do movimento peronista, que ensanguentam as nações depois de tiranizá-las – inclusive pela tirania do número, o despotismo exercido em nome das maiorias, sejam essas as “humildes” a que se referia, hipocritamente, a carta falsa atribuída a Vargas, ou a dos descamisados, segundo a expressão bem conhecida de Perón (LACERDA, 20 de setembro de 1955).

Lacerda presta seu tributo aos motes populares da época, organizados em torno do conceito de desenvolvimento, como a ideia de uma “nação moderna, industrial e de reforma agrária”. O desenvolvimentismo, como bem aponta Cesar Guimarães (2001), nem sempre vem acompanhado do “nacionalismo”, distintamente de certa bibliografia que trata os temas como um único substantivo composto indivisível. Como bem aponta o autor, se o desenvolvimentismo, com a exceção de poucos liberais, como Eugênio Gudín, é quase regra, o nacionalismo é fator de divisão ao longo da República de 1946.

Lacerda também defende um certo fundamento sociológico para o regime peronista. O discurso em nome dos “humildes” e “descamisados”, presente no trecho acima citado, encontrava amparo em uma coalizão policlassista, cujo “domínio” se fundava “sobre uma aliança das classes médias com o proletariado urbano, sob a liderança deste último, na verdade exercida por uma minoria que manobrava com as massas fascinadas pela propaganda e dementadas pelo incitamento à guerra de classes e ao ressentimento” (LACERDA, 20 de setembro de 1955).

O ‘ressentimento’ era, pela perspectiva de Lacerda, um dos fundamentos do ocaso das verdadeiras elites. Arguto leitor dos processos de ampliação da cena político-institucional, o udenista soube se aproveitar do novo cenário ao articular uma linguagem política mais popular do que a do velho liberalismo oligárquico. Sua posição, todavia, era contrária a esse movimento de ampliação democrática. Lacerda recusava uma perspectiva toquevilliana, que critica seus problemas, mas vê na

democratização um movimento irreversível. Para o jornalista, era necessário colocar outra vez no poder as verdadeiras elites, únicas capazes de preservar o interesse nacional.

A democracia é um regime difícil e árduo. Ao contrário do que geralmente se pensa, por culpa de alguns generalizadores bocós, ela não é o regime do homem comum, do homem qualquer, do qualquer um, do homem da rua. O regime ideal dessa e para essa gente é precisamente o fascismo, com a sua demagogia estridente, ou algumas de suas modalidades igualmente totalitárias (peronismo, estadonovismo, stalinismo). A democracia é um regime de seleção. Nela devem governar os melhores e não os “qualqueres”. Os aventureiros devem ser dela banidos precisamente porque ela vive do povo, mas não dos que enganam o povo; estes não a fazem viver, estes a matam com suas próprias armas (LACERDA, 25 de maio de 1950),

A verdadeira democracia é o governo dos melhores, justamente os perseguidos em regimes totalitários, como o peronismo, marcados por uma retórica que manipula as massas em favor do interesse de falsas elites. O predomínio do “homem comum”, do “homem da rua”, é a base dos totalitarismos, conhecidos pelo seu nivelamento das diferenças que nega as particularidades e, portanto, a liberdade. É possível encontrá-lo, por exemplo, no trabalhismo brasileiro, criado por Vargas e continuado por João Goulart, que se assemelha ao peronismo por seu esforço de dar forma nacional aos regimes totalitários.

Em outros momentos no discurso lacerdista, entretanto, o peronismo perde sua cor local periférica e soa como simples implantação dos regimes totalitários na América do Sul. Como fora o Estado Novo varguista, ele não passaria de uma cópia dos preceitos totalitários para outra realidade. A narrativa emula os antigos ares da Segunda Guerra, momento quando a oposição ao regime autoritário ganhou densidade e contou com Lacerda dentre as suas fileiras. (LAHUERTA, 2014). À época, a representação do Estado Novo como um regime fascista reforçava a identificação entre o varguismo e as nações do Eixo, que atacaram forças brasileiros. Posteriormente, ganhava força a analogia entre a derrota dos fascistas na Europa e a derrubada da ditadura fascista no Brasil.

Nas palavras de Lacerda, trabalhismo, peronismo, nazismo e fascismo teriam poucas diferenças: “Tudo o que o sr. Getúlio Vargas tem feito é a confirmação do caráter neo-fascista do chamado “trabalhismo”, que tem muito mais de nacional socialista do que trabalhista e é muito mais peronismo do que qualquer outra coisa.”

(LACERDA, 19 de Junho de 1950). A experiência varguista e o peronismo seriam, deste modo, simples transplantações de experiências europeias, em discurso que nega maior especificidade à realidade latino-americana na sua construção.

A narrativa de uma grande conspiração totalitária global ganharia ainda mais força com o recrudescimento da Guerra Fria, que levaria Lacerda a reforçar sua interpretação do cenário político a partir de um grande embate global entre duas civilizações, cada uma liderada por uma superpotência. Nesse cenário, torna-se mais frequente o vocabulário conspiracionista da infiltração estrangeira, que se faz presente no discurso anticomunista desde a década de 1930 e se faz mais frequente depois da Revolução Cubana (MOTTA, 2002).

O discurso, todavia, já tinha grande presença no pensamento de Lacerda desde o final da década de 1940 e não elegia apenas a União Soviética como potência imperialista desejosa de determinar os rumos do Brasil: o peronismo era frequentemente mencionado em acusações de “infiltração estrangeira”, em editoriais de Lacerda, reportagens de destaque na Tribuna de Imprensa ou nos textos de opinião assinados por colunistas como Alceu de Amoroso Lima e Hélio Silva. Este é o terceiro sentido do peronismo no discurso de Lacerda, que em diversos momentos fez acusações concretas sobre a influência de Perón no Brasil, com menções constantes a Vargas, João Goulart e João Batista Luzardo, político gaúcho que era próximo de Vargas e Perón entre o final da década de 1930 e o início de 1950.

O tema era frequente na primeira página do jornal e inspirava uma série de artigos, como os da série “A verdade sobre Perón”, composta por 14 textos publicados por Mário Martins a partir do seu livro “Perón, um confronto entre a Argentina e o Brasil”, que mereceu enorme destaque. Lacerda, por sua vez, chegou a publicar o conteúdo integral de cartas falsas, as Cartas Brandi, também na primeira página, em 17 de setembro de 1955. Na narrativa do jornalista, o documento forjado seria uma carta entre o deputado argentino Antônio Jesús Brandi e João Goulart, que planejava armar sindicalistas brasileiros com o intuito de derrubar violentamente o governo e atacar opositores. Uma vez demonstrada a falsidade do documento, sua publicação na Tribuna da Imprensa e divulgação na televisão deu azo a pedido de cassação do mandato parlamentar de Lacerda. Tal tipo de acusação não era, todavia,

eventual, mas constante. Nas edições de 15 de março e de 03 de abril de 1954 há, por exemplo, grande destaque um depoimento do ex-chanceler João Neves da Fontoura, que confirmaria um plano peronista para tomar o poder no Brasil e no Chile, com a direta participação de Getúlio Vargas. Na edição de 8 de abril de 1954, há, por sua vez, reportagem de destaque com o título “Getúlio aceitou dinheiro de Perón”.

De acordo com essa narrativa, havia um plano concreto de intervenção no país, que envolviam o Presidente do Brasil e um “ditador” vizinho. Ainda tomavam parte na articulação ministros, como Jango, e líderes do Exército, como o ex-Ministro da Guerra Newton Estillac Leal, que teria participado, segundo editorial da Tribuna de Imprensa de 16 de outubro de 1950, de reunião com Vargas e Batista Luzardo sobre o tema. Lacerda mais uma vez emula os motes retóricos da direita americana dos anos 1950, onde as teorias da conspiração, como o marcartismo, desempenhavam um papel central (HOFSTADTER, 1964).

Ante esse cenário, Lacerda defendia, sem meias palavras, todas medidas possíveis para apartar todos os envolvidos do poder. Em tempos excepcionais, a “legalidade” servia como instrumento para os “traidores”, como João Goulart. Em 25 de janeiro de 1954, a Tribuna da Imprensa tem edição com reportagens amplamente favoráveis ao golpe que levou o General Alfredo Stroener ao poder no Paraguai, de onde ele só sairia 34 anos depois. No editorial do dia, Lacerda elogiava a “revolução sem sangue” e comentava em tom positivo que o “primeiro a ser liquidado politicamente foi o “Jango paraguaio”, Epifânio Mendes Fleitas, presidente do Banco Paraguaio, agente número um de Juan Domingos Perón.” (LACERDA, 20 de setembro de 1955). Já em outro editorial, no qual comemorava o golpe contra Perón, o udenista afirma:

Assim como Perón representava a ‘legalidade’ e em nome dela sufocava a República e degradava a Nação, Goulart em nome da ‘legalidade’ une-se a Kubitschek e ambos ao comunismo, para – brandindo a espada da demagogia e protegendo-se no escudo da lei, feita para situações normais, mas incapaz de atender e resolver as anormais – subir ao poder e, no poder, destruir a República e instaurar uma nova ‘legalidade’ de tipo peronista (LACERDA, 20 de setembro de 1955).

O peronismo funcionava para Lacerda como uma justificativa de ruptura institucional. Como já apontado, ele surgia, primeiramente, enquanto um modo de ressaltar a particular fragilidade latino-americana para resistir às influências

totalitárias do centro. Crítico ao nacionalismo, Lacerda não via problemas em ressaltar as maiores virtudes das grandes nações do Ocidente Cristão, com destaque para os Estados Unidos. O objetivo maior de Lacerda era fustigar seus adversários trabalhistas, como Vargas e Jango, com o exemplo próximo que, por algumas semelhanças, poderia remeter tanto ao passado estadonovista como ao hipotético futuro, construído pelo discurso de Lacerda, de um domínio peronista em toda a América Latina. Se, segundo o jornalista, Perón já havia construído uma “cortina de ferro” na América do Sul, o próximo passo era levar o Brasil para o outro lado.

2. Bolivarianismo, comunismo e globalismo: os inimigos próximos da ultradireita brasileira

Décadas depois, o discurso do inimigo latino-americano voltaria ao centro da cena política brasileira. A narrativa ganhou corpo com o período petista à frente da Presidência da República, quando as menções à Venezuela, ao bolivarianismo e a um eixo comunista na América Latina passaram a ser tema frequente de colunistas da grande mídia e críticos do governo. A narrativa passava tanto por uma sobrevalorização da força da esquerda latino-americana, como pela construção do *inimigo próximo*, frente ao qual a boa identidade brasileira definia-se por exclusão.

Os três mais influentes jornais impressos brasileiros – Folha de São Paulo, Estado de São Paulo e O Globo – seguiam discurso bem semelhante em relação ao tema. Em editorial sobre a posse de José Serra como chanceler, no início do Governo Temer, a Folha de São Paulo assim caracterizava a política externa dos governos petistas: “tinha muito de seletivo, de forma que a uma hostilidade automática em face de parceiros relevantes e aliados tradicionais, como os EUA, correspondia uma tolerância que raiava a subserviência perante autocracias como as do Irã, de Cuba e da Venezuela.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016). Já “O Globo”, em editorial publicado em 20 de abril de 2016, poucos dias depois da abertura do processo de impeachment contra Dilma Rousseff, na Câmara dos Deputados, inclui o governo petista dentro da lógica bolivariana: “O governo lulopetista segue o padrão de regimes bolivarianos ainda espalhados pelo continente, os quais ao primeiro sinal de fortalecimento da oposição — dentro da Lei — denunciam “golpe” (O GLOBO, 2016).

O discurso perdurou mesmo após o fim do período petista à frente da Presidência. No dia do primeiro turno da eleição de 2018, o Estado de São Paulo publicou violento editorial contra o candidato petista, Fernando Haddad, onde o acusava de “radicalização antidemocrática”, comparava os conselhos de políticas públicas e as conferência nacionais à experiência chavista na Venezuela e interpretava a ideia de cooperação sul-sul ao predomínio da ideologia sobre a razão (ESTADO DE SÃO PAULO, 2018).

As analogias entre o Brasil e experiências autoritárias não se limitavam aos editoriais da grande imprensa, mas despontavam nas tribunas parlamentares e campanhas eleitorais. Também marcavam as manifestações públicas de importantes políticos e intelectuais da oposição de então. Em texto publicado em 2009, no Estado de São Paulo, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que mantém seu lugar como uma das grandes vozes públicas do PSDB, então grande oponente do PT nas eleições presidenciais, escreveu um texto onde classificava a experiência petista como um subperonismo:

Se há lógica nos despautérios, ela é uma só: a do poder sem limites. Poder presidencial com aplausos do povo, como em toda boa situação autoritária, e poder burocrático-corporativo, sem graça alguma para o povo. Este último tem método. Estado e sindicatos, estado e movimentos sociais estão cada vez mais fundidos nos alto-fornos do Tesouro. (...) Partidos fracos, sindicatos fortes, fundos de pensão convergindo com os interesses de um partido no governo e para eles atraindo sócios privados privilegiados, eis o bloco sobre o qual o subperonismo lulista se sustentará no futuro, se ganhar as eleições (CARDOSO, 2006).

A narrativa dos perigos de um desvio bolivariano da esquerda e centro-esquerda brasileiras, e sobretudo do PT, foi bem sucedida em seu objetivo de desconstrução do petismo e se tornou um dos motes da mídia e dos partidos de direita e centro-direita para justificar a derrubada de Dilma Rousseff. As desculpas formais de consistência precária, como o conceito de “pedaladas fiscais”, são secundárias na quase totalidade dos discursos sobre o tema, seja na mídia ou no Parlamento, e não demandam grande sofisticação para expor a narrativa central para o golpe parlamentar (SANTOS, 2016): o “conjunto da obra”. O que seria, entretanto, esse conjunto da obra? O conceito mais frequente para caracterizá-lo é o de corrupção, que, nesse discurso, tanto possui um sentido econômico de clara inspiração neoliberal, diretamente identificado a uma expansão indevida do Estado,

como carrega repercussões morais mais amplas, que sugerem um desvio moral quase que intrínseco à esquerda (CHALOUB, LIMA, 2020).

Durante esse processo ocorre, todavia, uma sensível mudança no cenário da direita brasileira. O neoliberalismo progressista (FRASER, 2016), já em crescente desprestígio no PSDB desde 2006, perde definitivamente o centro do discurso público da direita brasileira. Ganha destaque uma ultradireita, que chegará à Presidência da República, ao governo de alguns estados e ganhará força no Congresso Nacional na eleição de 2018. O “perigo bolivariano” é ainda mais forte nesse grupo, que tem no discurso da ameaça iminente (HIRSCHMAN, 2019) um dos elementos de coesão de uma ampla coalizão, construída a partir de diversas linguagens políticas, como a ultraliberal, a neoconservadora e a reacionária¹⁷.

Antes de prosseguirmos, é necessário destacar que linguagens políticas não são atores. Tanto cada ator frequentemente conjuga mais de uma linguagem política, como dentro de cada uma dessas linguagens há margem para usos diversos por grupos sociais distintos. Há, sem dúvida, a preponderância de linguagens em determinados meios e personagens. Assim, o apoio de Bolsonaro no mercado financeiro e no setor de serviços decorre sobretudo da sua adesão a uma linguagem ultraliberal, sua popularidade nos meios militares das narrativas neoconservadores, e sua mobilização nos meios olavistas, e em outros setores radicais, passa pelos símbolos reacionários presentes em sua narrativa. Não existe, todavia, um vínculo de exclusividade entre as linguagens e os atores. O bolivarianismo ocupa um lugar distinto em cada uma dessas linguagens, mas existem substratos comuns na interpretação e algumas razões para a escolha desse inimigo.

O tema da infiltração é uma continuidade ante o discurso anticomunista hegemônico (MOTTA, 2002), mas agora ganha força em um cenário onde não há um polo comunista tão claro quanto a União Soviética. O papel mais ambíguo e menos expansionista da China no terreno ideológico propicia uma definição mais fluida do comunismo e uma ideia de que a disputa se faz de modo subterrâneo. Sem dúvida, o autor que há mais tempo se dedica a construir essa narrativa é Olavo de Carvalho.

17 A delimitação dessas linguagens será objeto de texto vindouro, apenas dedicado a isso. No presente artigo, nos interessa apenas uma definição mínima, que nos permita perceber o papel das representações do bolivarianismo neste discurso.

Seja por meio de artigos na grande imprensa, publicados em jornais como “O Globo”, livros, aulas ou manifestações em redes sociais, ele se dedica há algumas décadas a identificar e denunciar o que seria o predomínio ideológico global da esquerda, sobretudo a partir da sua capacidade de construir discursos hegemônicos.

Para Carvalho, o ator hegemônico no mundo contemporâneo seria o que ele chama de “Consórcio”, uma “organização de grandes capitalistas e banqueiros internacionais, empenhados em instaurar uma ditadura mundial socialista” (CARVALHO, DUGIN 2011, p. 48). Essa organização dinástica teria surgido há mais de cem anos por iniciativa dos Rothschild e reuniria centenas de bilionários interessados em implantar o socialismo em decorrência do que seriam os dois limites de um estado socialista, que tornavam necessária a aliança entre grande Capital e Estado Socialista. O primeiro seria a incapacidade de criação de um Estado socialista, definido por ele como aquele que detém a posse dos meios de produção, já que nunca um Estado revolucionário pode ter a propriedade dos bens, pois a relação de propriedade exige um regime legal com uma autoridade superior, o que inexistiria em um Estado revolucionário. Assim, nunca haveria um Estado Socialista de fato, mas apenas um “Estado socializante”, de modo que o socialismo nunca seria mais que um processo. O segundo fato decorreria da incapacidade do Estado socialista de controlar preços em uma sociedade complexa, momento onde Carvalho subscreve fielmente as formulações de Mises (CARVALHO, DUGIN 2011, p. 51), o que faria com que esse “Estado socializante” se tornasse necessariamente uma ditadura. De tais limites, depreende-se o que seria uma consequência incontornável:

À medida que os controles estatais iam crescendo em número e complexidade, as pequenas empresas não tinham recursos financeiros para atendê-los e acabavam falindo ou sendo vendidas a empresas maiores – cada vez maiores. Resultado: o “socialismo” tornou-se a mera aliança entre o governo e o grande capital, num processo de centralização do poder econômico que favorece a ambos os sócios e não arrisca jamais desembocar na completa estatização dos meios de produção. Os grandes beneficiários dessa situação são, de um lado, as elites intelectuais e políticas de esquerda; de outro, aqueles a quem chamei “metacapitalistas” – capitalistas que enriqueceram de tal modo no regime de liberdade econômica que já não podem continuar se submetendo às flutuações do mercado (CARVALHO, DUGIN, 2011, p. 52).

Ainda segundo Carvalho, os socialistas logo perceberam que tinham dois caminhos para a implantação do socialismo: uma ditadura cruenta, de implantação imediata através da revolução, ou um método gradual, operado por meio do aparato

jurídico-político da sociedade burguesa, com a ajuda dos organismos internacionais, como ONU, FMI e OMS. A ideologia desse processo seria o globalismo, discurso que busca subjugar tanto os Estados Nacionais quanto a liberdade individual a essa ordem global, dominada por esses bilionários e alinhada com os interesses de China e Rússia.

O discurso segue em parte a linha de outras narrativas de intelectuais de destaque da ultradireita global contemporânea, como Steve Bannon e Alexandr Dugin (TEITELBAUM, 2020), críticos da ordem global pós-1945 e, de modo mais amplo, dos fundamentos da modernidade ocidental, como a secularização e o iluminismo. Soam evidentes em todos, e textualmente mencionadas em Carvalho e Dugin, as referências a tradicionalistas como Rene Guenon e Julius Evola. No caso do brasileiro, Guenon foi sua mais relevante influência em obras ao longo da década de 1980, como “Astros e Símbolos” e “Astrologia e Religião”, tendo inclusive motivado uma pregressa conversão ao islamismo, e permaneceu como uma das suas grandes inspirações teóricas. Carvalho também emula Guenon em sua recusa a se admitir como um pensador político, mesmo ante os evidentes indícios nesse sentido¹⁸.

179

Olavo de Carvalho tem, todavia, uma significativa diferença ante Dugin e Bannon: sua aversão ao nacionalismo¹⁹. Enquanto os outros dois teóricos contrapõem ao globalismo liberal um mundo de civilizações e nações, o brasileiro é um forte defensor do universalismo. Seu universalismo não se confunde, entretanto, com o iluminista, mas assume um caráter antissecular e confere às religiões um papel central enquanto atores (CARVALHO, DUGIN, 2011, p 62-63). A conjunção entre a aversão ao nacionalismo e o universalismo o levam a uma forte adesão à categoria de Ocidente, em leitura que emula autores como Oswald Spengler, Arnold Toynbee e seus diagnósticos sobre a decadência do Ocidente. O excessivo materialismo e a perda dos fundamentos espirituais do Ocidente, que remontariam à Grécia, seriam responsáveis por um processo de decadência civilizatória, só passível de ser interrompida por um retorno a essas raízes espirituais.

18 Para os mais influentes traços da obra de Guenon, ver GUENON, 2001.

19 Em seu debate com Olavo de Carvalho, Dugin afirma: “Para dizer a verdade, estou um pouco desapontado com este debate com o Prof. Olavo de Carvalho. Pensei que encontraria nele um representante dos filósofos brasileiros tradicionalistas na linha de Guénon e Evola, mas ele acabou por se mostrar algo muito diferente e, de fato, muito esdrúxulo.” (CARVALHO, DUGIN, 2011, p. 66)

Carvalho constrói um direta relação entre o Ocidente e os Estados Unidos da América, ou, seria melhor dizer, certo Estados Unidos da América. Em chave distinta às formulações conservadoras e fascistas mais frequentes, que no caso brasileiro tem em autores como Eduardo Prado e Plínio Salgado bons exemplos, o ideólogo da ultradireita brasileira não identifica os Estados Unidos necessariamente ao materialismo, mas vê o país como uma sociedade com forte traços comunitários, grande generosidade e um peculiar arranjo capaz de conciliar liberdade individual a um sentimento de solidariedade ante o próximo. Com essa descrição, que emula uma América idílica, Carvalho pretende demonstrar como as utopias coletivistas críticas ao individualismo não passam de fantasias autoritárias.

Os Estados Unidos, todavia, também seriam vítimas de um processo de infiltração globalista de comunistas, representados não apenas pelos grandes bilionários, mas por políticos de “esquerda”, como o ex-presidente Obama. Para justificar essa narrativa, Carvalho contrapõe a América globalista a uma verdadeira América, afinada às ideias do “nacionalismo conservador americano”, que comporia, ao lado das comunidades cristãs e da nação judaica um dos três grupos com narrativas globais que se encontravam dominados, na atual conjuntura, pelas forças hegemônicas do globalismo, qual sejam, “os militaristas russo-chineses, os oligarcas ocidentais e os apóstolos do Califado Universal” (CARVALHO, DUGIN, 2011, p. 54). O autor conclui: “Os EUA não são o centro de comando do projeto globalista, mas, ao contrário, sua vítima prioritária, marcada para morrer.”

Se, como apontado acima, o discurso retoma motes clássicos do discurso anticomunista, ele inova em dois aspectos. Primeiramente por fazê-lo na contracorrente do discurso global. O anticomunismo de Lacerda e sua construção do perigo peronista atuavam num momento onde a divisão de mundo entre zonas de influência era amplamente reconhecida e a Guerra Fria um tema quase incontestado. Carvalho, por sua vez, retoma certo mote conspiracionista do início dos anos 1950 nos Estados Unidos (HOFSTADTER, 1964), diretamente relacionado ao macartismo, em cenário onde a retórica da conspiração soa ainda mais engenhosa e fundada em aspectos pouco evidentes.

As narrativas possuem, todavia, uma dissonância ainda mais profunda, já que apenas em Carvalho há uma contestação à própria ideia de modernidade. Lacerda

flertava com a narrativa do conservadorismo católico, o que aproximava sua autoimagem liberal de linguagens autoritárias e motes conservadores (CHALOUB, 2018), mas não questionava os marcos iluministas. Olavo de Carvalho, por sua vez, avança rumo a uma visão de mundo que é antes reacionária que propriamente conservadora. Por um lado, é inegável que ele tem no conservadorismo e neoconservadorismo²⁰ norte-americano - de personagens como William Buckley, Russel Kirk e Irving Kristol - uma inspiração, tanto em relação aos argumentos quanto ao seu estilo de atuação pública. O estilo neoconservador, que emula os polemistas públicos daquele cenário, por vezes oculta, contudo, a faceta mais propriamente reacionária de Carvalho, amparada nas influências de autores tradicionalistas, como os já mencionados Guenon e Evola²¹.

A distinção entre o neoconservadorismo e o reacionarismo se ampara em uma visão abrangente de história, já que enquanto a tradição conservadora aceita as mudanças no processo histórico e, mesmo com o importante papel de argumentos de fundo religioso, não defende a plena submissão da política à religião, a linguagem reacionária, por sua vez, advoga a possível retomada de momentos históricos distantes e vê a política dos homens como simples reflexo de uma ordem divina superior. A verve reacionária de Carvalho o leva à recusa do moderno, seja em relação ao Estado secularizado ou a qualquer mudança no terreno do comportamento e da cultura. Há, nesse sentido, a negação profunda da própria ideia de direitos individuais, vistos como desagregadores de valores mais relevantes, e uma rejeição ético-estética a qualquer inovação no terreno da arte do pensamento. A ponderação em relação às mudanças da modernidade fica por conta do capitalismo, que é pensado por Olavo em chave ética, como relacionado à liberdade

20 Há discussões relevantes sobre as classificações do campo conservador americano e os limites entre conservadorismo e neoconservadorismo. Sobre o tema, ver NASH, 1976; VAISSE, 2010; PHILLIPS-FEIN, 2011. Como nossa preocupação no presente artigo é a recepção desse pensamento no Brasil, e não a reconstrução do debate americano ou europeu, a variedade do movimento conservador e neoconservador nos Estado Unidos é organizada em torno do conceito de linguagem neoconservadora.

21 Poderíamos mencionar também a interpretação que Olavo faz de Eric Voegelin, mas as distinções desse autor em relação Guenon e, sobretudo, a Evola, e a sua aproximação por meio da leitura de Olavo de Carvalho não poderiam ser suficientemente desenvolvidas nos limites desse texto.

individual e à recusa do coletivismo, e diretamente confrontado com a opção socialista (CARVALHO, 2013, p. 199-200).

Nesse sentido, em relação à tradição do pensamento político brasileiro, Carvalho se aproxima mais do integralismo, sobretudo da vertente de um autor como Plínio Salgado, que de Lacerda. Mesmo que o nacionalismo, marca do líder integralista, os afaste, a crítica radical à modernidade e a oposição extremada entre uma ordem espiritual e outra material os aproxima (ARAUJO, 1988). Também os afastaria, se considerarmos a autoimagem do próprio Carvalho, o sentimento revolucionário, recusado pelo autor contemporâneo e abraçado por Salgado. A recusa à ideia de revolução frequentemente está mais na autoimagem de Carvalho, fiel a Guenon e a certo conservadorismo católico, do que nas consequências das suas ideias políticas, e comporta uma interpretação mais adequada do que simples recusa de qualquer mudança brusca da ordem social. A importância da distinção entre reacionarismo e neoconservadorismo se torna mais evidente quando a análise trata da sociedade brasileira.

O Brasil seria, para Carvalho, um terreno ainda mais propício para o globalismo do Consórcio. O país teria contribuição modesta à cultura universal, com apenas quatro pensadores de importância global: Mario Ferreira dos Santos, Otto Maria Carpeaux, Miguel Reale e Gilberto Freyre (CARVALHO, 1997). Mesmo seu suposto catolicismo não passaria de uma farsa, tendo-se em vista o predomínio de elites anticatólicas durante a maior parte da sua história, em narrativa supostamente confirmada pelo predomínio dos maçons e sincretismo brasileiro (CARVALHO, 1997, p. 53-54). O cenário de decadência se adensaria ainda mais depois da ditadura militar, quando a esquerda, com a complacência dos militares, foi bem sucedida em excluir a direita de todo o debate público:

Quando terminou a era dos governos militares, em 1988, só quem era ainda conservador no Brasil era o povão mudo, desprovido de canais para fazer valer suas opiniões, enquanto o espaço cultural inteiro (...) já era ocupado, gostosamente, pela multidão de tagarelas da esquerda que ainda mandam e desmandam no panorama mental brasileiro. (...) A direita saiu da política nacional, porque, com a complacência e até a ajuda do governo militar, foi primeiro banida da cultura nacional (CARVALHO, 2012, p. 52).

Nesse cenário, o debate público brasileiro passou a ser dominado por duas tendências: a Nova Era, de Frijof Capra, e as formulações marxistas de Gramsci. O autor dedica três obras para desmascarar a miséria do pensamento brasileiro: “A

Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci”, “O Jardim das Aflições” e “O Imbecil Coletivo”. O primeiro livro apresenta o problema, o segundo localiza o Brasil na reflexão ocidental, retornando à Epicuro, e o terceiro oferece exemplos dessa miséria no debate público brasileiro. Em sua primeira versão mais extensa do argumento, em 1994, Carvalho tende a equipar as duas doutrinas exógenas apenas no Brasil, uma que pecava pela fluidez capitalista pós-moderna e outra pela insidiosa penetração marxista, já que fora do Brasil a Nova Era teria derrotado definitivamente o marxismo (CARVALHO, 1994, p. 24).

Nas futuras edições, sobretudo após a vitória do Partido dos Trabalhadores, em 2002, o argumento contra Gramsci passa a ocupar o centro da cena e a influência de Capra começa a ser apresentada como uma consequência da infiltração gramsciana (CARVALHO, 1994, p. 15)²². O argumento central, todavia, é de uma intelectualidade marcada por limitações intelectuais e pela incapacidade de compreender do mundo, a qual, justamente por isso, se tornou uma presa fácil para o gramscianismo. Uma vez hegemônico, o pensamento de Gramsci reforça as condições que permitiram sua popularidade, em ação que aumenta a mediocridade da cena intelectual brasileira:

A geração que, derrotada pela ditadura militar, abandonou os sonhos de chegar ao poder pela luta armada e se dedicou, em silêncio, a uma revisão de sua estratégia, à luz dos ensinamentos de Antonio Gramsci. O que Gramsci lhe ensinou foi abdicar do radicalismo ostensivo para ampliar a margem de alianças; foi renunciar à pureza dos esquemas ideológicos aparentes para ganhar eficiência na arte de aliciar e comprometer; foi recuar do combate político direto para a zona mais profunda da sabotagem psicológica. Com Gramsci ela aprendeu que uma revolução da mente deve preceder a revolução política; que é mais importante solapar as bases morais e culturais do adversário do que ganhar votos; que um colaborador inconsciente e sem compromisso, de cujas ações o partido jamais possa ser responsabilizado, vale mais que mil militantes inscritos. Com Gramsci ela aprendeu uma estratégia tão vasta em sua abrangência, tão sutil em seus meios, tão complexa e quase contraditória em sua pluralidade simultânea de canais de ação, que é praticamente impossível o adversário mesmo não acabar colaborando com ela de algum modo, tecendo, como profetizou Lênin, a corda com que será enforcado. A conversão formal ou informal, consciente ou inconsciente da intelectualidade de esquerda à estratégia de Antonio Gramsci é o fato mais relevante da História nacional dos últimos trinta anos” (CARVALHO, 1994, p. 04).

²² Em recente texto na revista *Jacobin*, Daniela Mussi e Alvaro Bianchi (2020) demonstram como os ataques à Gramsci são um mote comum à vários intelectuais conservadores, como Roger Scruton e Alain De Benoist, os quais por certo surgem como inspiração de Carvalho.

O anti-americanismo seria uma das mazelas dessa intelectualidade decadente, que importa as últimas modas da esquerda americana, igualmente decadente, e se mostra frágil perante as influências externas do consórcio: “o nacionalismo brasileiro (...) se degradou ao ponto de transformar-se num anti-americanismo histriônico usado para encobrir o sacrifício da soberania nacional às exigências do globalismo.” (CARVALHO, DUGIN, 2011).

O discurso crítico à integração latino-americana é central na análise política e visão de mundo de Carvalho, que tem no Foro de São Paulo um dos seus temas mais frequentes e conhecidos. Na narrativa do autor, o fórum de partidos e movimentos de esquerda na América Latina é uma organização paramilitar e estratégica, destinada a tomar o poder em todos os países do continente, no que já fora bem sucedida, pois em 2007 ela dominaria o governo de nove países (CARVALHO, 2007). Ele não tem qualquer dúvida da centralidade e extensão desse movimento, que para ele assume o caráter de fato evidente:

Que o Foro de São Paulo é uma entidade estrangeira, multinacional, criada em Havana por Fidel Castro e Lula; que a maior parte das organizações que o compõem são de fala espanhola; e que uma das especialidades do Foro, conforme confessou o próprio Lula, é ajudar os governantes esquerdistas a interferir em segredo na política interna dos países vizinhos – nada disso é coisa de que se possa duvidar razoavelmente (CARVALHO, 2014).

O bolivarianismo seria, nesse sentido, uma face mais explícita de uma articulação internacional do comunismo globalista, de inspiração gramsciana. As menções a uma suposta reunião do Foro com Fernando Henrique Cardoso e o Partido Democrata Americano, em 1993 (CARVALHO, 2014), exporiam a pretensa influência da instituição na política continental. Sua particularidade no cenário brasileiro decorre da mediocridade das elites intelectuais da periferia, ainda menos consciente que as do centro do seu lugar subordinado a uma grande ordem global.

A exposição do pensamento de Carvalho é central não apenas por sua ampla influência intelectual no debate público, tanto pelo número como pela relevância dos seus alunos no cenário da ultradireita brasileira, mas também merece atenção particular pelo seu prestígio no governo Bolsonaro. O intelectual é não apenas responsável por “nomear” Ministros, inclusive dois da educação, mas desempenha inquestionável ascendência sobre o ativo núcleo familiar do Presidente, inclusive sobre o próprio, que simbolicamente expunha um livro de Carvalho em seu discurso

de posse. No discurso em torno das relações do país com o mundo, o intelectual tem grande autoridade sobre os três nomes mais ativos na construção da política externa do país: o chanceler Ernesto Araújo, o assessor presidencial Felipe Martins e Eduardo Bolsonaro, o filho do presidente que mais se manifesta sobre o tema.

Dos três personagens, Araújo é o que formulou de modo mais claro a sua concepção da inserção do país no mundo, bem explícita em seu discurso de posse e no texto “Trump e o Ocidente”. Na posse, Araújo explicitou sua vinculação a Olavo de Carvalho, definindo-o como o “homem que, após o presidente Jair Bolsonaro, talvez seja o grande responsável pela imensa transformação que o Brasil está vivendo” (ARAUJO, 2019). O chanceler cultivava uma retórica mais empolada, longe do coloquialismo com o qual Carvalho constrói mesmo os argumentos com mais referências eruditas. Há, todavia, uma grande coincidência entre as visões de mundo de ambos, que partilham de um repertório intelectual muito semelhante - formado por personagens como Spengler, Guenon e Evola - de recusa à modernidade e à secularização. Araújo não se limita aos elogios, mas constrói um cenário de perda de valores e expansão do globalismo perfeitamente condizente com o discurso de Carvalho. Por outro lado, sua crítica ao universalismo e defesa de valores amparados na nacionalidade destoam das do autor, marcadamente universalista. Araújo, nesse sentido, é muito mais próximo do tradicionalismo do que seu mestre.

O chanceler define o Ocidente como uma comunidade de Nações amparadas em valores e experiências, algo ignorado por uma “elite hiperintelectualizada e cosmopolita” (ARAUJO, 2017, 326). As experiências não ocorrem numa sociedade global, como pretende o Iluminismo com seu discurso liberal e revolucionário, mas dentro das comunidades nacionais. Elas também não prescindem da religião, mas nela se amparam. Trump, para Araújo, seria o líder do retorno do Ocidente às suas raízes, que remontam a Ésquilo e a uma suposta ideia de “pátria”, já presente na Grécia. Anacrônico, Araújo parece antes retomar certa tradição romântica de crítica à modernidade, presente em determinados conceitos de história e cultura, e conjugá-la aos discursos reacionários de crítica à revolução francesa, construídos por autores como Joseph de Maistre. A inspiração mais evidente, todavia, é Spengler, quase fielmente reproduzido em sua ideia sobre a decadência do Ocidente.

Araújo transita entre dois discursos. Por um lado, o Ocidente é um composto de experiências nacionais, que compartilham alguns valores, por outro lado, essas experiências somente se realizam dentro de fronteiras bem marcadas. A formulação ambígua de construção de um Ocidente comum “a partir das nacionalidades (e não por cima das nacionalidades)” (ARAUJO, 2017, 328) parece ser a melhor fórmula, dentro do seu repertório, que o chanceler encontrou para conciliar sua retórica nacionalista, muito próxima ao Integralismo, à defesa de uma política externa fortemente alinhada aos Estados Unidos.

De uma ideia essencialista de nacionalismo até a oposição entre materialismo e espiritualismo, passando pelo elogio ao herói e até mesmo por um determinado uso do idioma tupi, Araújo emula vários dos motes do integralismo, sobretudo de Plínio Salgado (ARAUJO, 1988). Falta o partido, talvez dispensável a essa nova cepa do ideário. A busca pelo verdadeiro Brasil, que perdeu sua identidade deve, por um lado, ser buscada dentro do próprio país, que carece resistir à ordem globalista hegemônica. Citando Trump, Araújo afirma:

Trump não fala de “valores universais” ou algo assim, porque em sua visão não existem “valores universais” que se superponham à identidade de cada nação e de cada civilização. Os valores só existem dentro de uma nação, dentro de uma cultura, enraizados em uma nação, e não em uma espécie de éter multilateral abstrato. O exemplo, por outro lado, vem de fora de Donald Trump que desponta como salvador do Ocidente (ARAUJO, 2017, 332-333).

Ironicamente, o exemplo vem de fora, da liderança americana que retoma o fio perdido da identidade ocidental, ameaçada por um inimigo externo, o islamismo, mas sobretudo por um inimigo interno: a perda da própria identidade ocidental. Araújo segue fielmente a interpretação de Olavo de Carvalho sobre os Estados Unidos, vistos antes como o lugar da tradição e da comunidade que como o mais acabado exemplo do capitalismo e da lógica utilitária. Como pátria, eles empunharam “a bandeira desse Ocidente moribundo” (ARAUJO, 2017, 344) depois da decadência europeia posterior à Primeira Guerra Mundial. Também ameaçados pelo globalismo, eles nunca deixaram de cultuar seus heróis, pelo que merecem toda a admiração (ARAUJO, 2019), e recentemente encontraram em Trump um defensor dos valores da verdadeira América construída sobre a comunidade, a religião, e, portanto, dos mais caros valores do Ocidente. Na interpretação de Araújo, as tensões entre Estados Unidos e Rússia estão cada vez mais suaves em razão do respeito à

soberania e aos valores nacionais, e da aversão ao multilateralismo e globalismo, preconizados pelo atual presidente americano.

Crítico do globalismo, mas defensor de um nacionalismo de corte integralista, Araújo parece ter a intenção de traduzir o pensamento de Olavo para o contexto de um governo liderado por Jair Bolsonaro e com forte presença militar. O tradicionalismo de Guénon é mitigado por uma outra perspectiva sobre o lugar dos Estados Unidos, talvez repercutindo mudanças nos próprios intelectuais contemporâneos do tradicionalismo, como sugerem as informações sobre uma recente reaproximação entre Steve Bannon, antigo assessor de Trump, e Dugin, grande teórico do tradicionalismo russo e figura influente do entorno de Vladimir Putin (TEITELBAUN, 2020).

Destoam, à primeira vista, o nacionalismo anti-universalista de Araújo do universalismo de Olavo de Carvalho. A discordância de fundo não impede, todavia, a convergência de objetivos mais imediatos, como a política de alinhamento aos Estados Unidos, representados enquanto líderes do Ocidente, e a rejeição ao globalismo e ao bolivarianismo do Foro de São Paulo, mote olavista também presente no discurso do chanceler: “Admiramos os países latino-americanos que se libertaram dos regimes do Foro de São Paulo” (ARAÚJO, 2019).

A dissonância entre interesse nacional e alinhamento aos Estados Unidos, com a necessária rejeição ao perigo do caminho latino americano, repercute não apenas em ações do Presidente Jair Bolsonaro, mas também nas convicções de lideranças relevantes do Exército, como o General Eduardo Villas Boas, ex-comandante das Forças Armadas e conselheiro do Presidente²³. Palestra pública do General, disponível nas redes sociais²⁴, permite, entretanto, ver grande consonância de temas com o do embaixador Araújo. Com as especificidades do discurso militar, estão presentes o discurso sobre o temor do globalismo, institucionalizado nas Organizações Internacionais e ONG's e marcado em discursos de minorias raciais e sexuais da esquerda, além da defesa de um resgate da tradição nacional, definida em chave essencialista, e da autoridade. As divergências ante os textos do chanceler

23 Os militares não são objeto importante nesse artigo.

24 https://www.youtube.com/watch?v=iKx5_5k1hhA

ficam por conta do papel das Forças Armadas, que na palestra de Villas-Boas despontam como intérpretes dessa verdadeira identidade nacional, e da ausência de uma crítica à modernidade ocidental no discurso do militar. Se o caráter anti-moderno, com seus traços de recusa à secularização e à ciência, é central nas visões de mundo dos tradicionalistas Carvalho e Araújo, o mesmo não se faz presente no discurso de Villas Boas, no qual predomina apenas a linguagem neoconservadora, e não a conjunção do neoconservadorismo com reacionarismo dos outros dois atores.

A conjunção entre recusa do caminho latino americano e alinhamento aos Estados Unidos não vem, contudo, apenas dos atores mais afeitos às linguagens reacionária e neoconservadora. Dentro do ultraliberalismo, influente corrente da ultradireita brasileira contemporânea (ROCHA, 2019), há forte preocupação em evitar o caminho do populismo, o qual é discursivamente identificado à experiência latino-americana. Termo tão frequente quanto impreciso, o populismo é utilizado principalmente como política econômica, mesmo que haja frequente relação, nesse discurso, entre políticas econômicas estatistas e um estilo personalista de liderança política²⁵.

188

Formado em Chicago e autor de elogios públicos à Milton Friedman, Paulo Guedes se aproxima mais de algumas correntes libertárias, defensoras de uma desregulamentação quase irrestrita do mundo da economia, do que do neoliberalismo, mais preocupado com a regulação privada da economia do que com o conceito de *laissez-faire* hegemônico até a crise de 1929 (SLOBODIAN, 2018; LAVAL, DARDOT, 2010). As preocupações sobre as relações e influências “bolivarianas” são constantes nas suas colunas semanais, publicadas entre 2007 e 2018 no Jornal O Globo, assim como em suas manifestações públicas depois de sua posse como Ministro da Economia.

Guedes estrutura seu discurso em torno de uma radical oposição entre Estado e mercado, tomados como conceitos antitéticos tanto no campo da teoria político-econômica quanto no terreno da história política brasileira. O Estado é

25 Sobre os variados usos do conceito de populismo, ver KAYSEL, CHALOUB, 2020. Se o discurso em torno do populismo já estava presente no discurso de Lacerda, o conceito era secundário no cenário político da República de 1946. Muito mais relevante foi sua recepção no cenário intelectual, sobretudo o paulista a partir dos anos 1960, mesmo que a primeira formulação brasileira no sentido mais contemporâneo do conceito esteja em Hélio Jaguaribe, em sua época do ISEB.

usualmente atrelado às ideias de ineficiência e corrupção, em narrativa onde ele beneficia as corporações capazes de se apossar dos seus recursos. Tal ocorre, pois o Estado é um sistema fechado, capaz de controlar seus valores, em oposição ao predomínio do mercado, vigência do que, inspirado em Popper, ele chama de “sociedade aberta” (GUEDES, 2013, 2017). Para conseguir alcançar essa nova ordem e superar o ciclo vicioso de estagnação e corrupção de décadas, é necessário romper com o establishment: “estão associados o dirigismo na economia e a corrupção na política. A opinião pública sabe hoje que de um lado estão os defensores de um establishment degenerado, e de outro lado os que exigem mudanças rumo à Grande Sociedade Aberta em terras brasileiras.” (GUEDES, 2017b).

Roberto Campos já diagnosticara, segundo Guedes, há muito tempo a morte anunciada da “classe política brasileira”, que seria devorada pelo “colapso do intervencionismo dirigista”, que produziria não apenas “corrupção” e estagnação econômica”, mas também injustiça social: “A Velha Política não se revela apenas corrupta, mas também injusta” (GUEDES, 2017a). A ruptura com ela é necessária, após os fracassos da direita e da esquerda:

A “direita” brasileira afundou com a redemocratização por estar associada ao autoritarismo político e à insensibilidade social do regime militar. A “esquerda” brasileira afunda agora com a morte da velha política por estar associada à roubalheira, ao colapso do crescimento econômico e à insegurança nas ruas de uma decrépita Nova República. A “direita” hegemônica governou por duas décadas, e a “esquerda” hegemônica por três, ambas com um modelo econômico dirigista desastroso para o desenvolvimento social e político do país. O baixo crescimento e a corrupção sistêmica marcaram a transição do capitalismo de Estado do regime militar para um capitalismo de quadrilhas sob obsoleta e despreparada social-democracia (GUEDES, 2017b),

Por mais que, em seu discurso de posse, Guedes retrate o governo como “uma aliança entre conservadores, em princípios e costumes, e liberais na economia”, finalmente vitoriosa “depois de 30 anos de aliança política de centro-esquerda” (GUEDES, 2019), ele não reivindica um ostensivo pertencimento à direita, mas antes postula certa superioridade técnica dos seus diagnósticos. Por isso sua curiosa caracterização do governo como de “centro-direita”. Tal como Milton Friedman, sua economia política, terreno onde se postulam as mudanças sociais e juízos de valor, decorre da melhor “ciência econômica” disponível. (GUEDES, 2006).

As esperadas mudanças postuladas pela “nova política” vieram a partir da ação do Judiciário e do Ministério Público. Com frequentes elogios à operação Lava-Jato, Guedes elege as instituições nela envolvidas como carrascas da velha política: “A morte da velha política em 2017, sob a guilhotina da Lava-Jato, é o nosso mais importante episódio de aperfeiçoamento institucional desde a redemocratização e a convocação da Assembleia Constituinte.” (GUEDES, 2017b). As afinidades entre a crítica de Guedes e a da Lava Jato ao Estado justificam os elogios do atual Ministro da Economia, que vê no trabalho de destruição da Lava-Jato uma etapa fundamental para emergência do novo:

A independência do Ministério Público, da Polícia Federal e do Poder Judiciário é a grande novidade de nosso traumático, mas inegável, avanço institucional. A revelação de um sistema político degenerado é um inestimável serviço ao aperfeiçoamento de uma democracia emergente. Mas a tarefa de reconstrução caberá às novas lideranças que emergirão das urnas em 2018 (GUEDES, 6 de março de 2017).

O novo virá de forças dispostas a construir uma “sociedade aberta”, com a necessária centralidade da ordem do mercado. Os elogios ao mercado são tão extremados que, seguindo Milton Friedman, mesmo a crise de 1929 decorreria de “uma trágica atuação do Fed, o banco central americano, e não uma falha sistêmica das economias de mercado” (GUEDES, 2006). O mercado tem problemas, mas esses sempre podem ser resolvidos dentro da sua própria ordem. A força da mitologia de um capitalismo cruel – que tornou “Karl Marx, um economista pós-ricardiano menor do século XIX, o mais influente ideólogo do século XX” (GUEDES, 2014) – oculta a responsabilidade central do Estado na produção de um cenário de concentração de riqueza, crises econômicas e corrupção. Mais desastrosas do que o capitalismo são suas alternativas. Se há ordens capitalistas melhores e piores, a escolha pelos caminhos da esquerda latino-americana é certamente desastrosa:

O único caminho inexorável para o abismo, o verdadeiro beco sem saída escolhido pelos nossos vizinhos kirchneristas e bolivarianos, é o ‘socialismo do século XXI’. O fervor religioso de seus crentes resiste aos fatos. Pouco importa que um apocalipse do regime socialista tenha mergulhado na miséria 3,5 bilhões de eurásianos, que buscam agora, em desespero, sua inclusão nos mercados globais, derrubando salários e aumentando os lucros em todo o mundo. A culpa é sempre do capitalismo (GUEDES, 2014).

A argumentação de Guedes mostra como, em sua perspectiva, as experiências da esquerda latino-americana pouco diferem das soviéticas. O argumento é coerente

com a sua visão de mundo, organizada em torno de uma oposição radical entre eficiência e ineficiência, corrupção e razão, Estado e mercado. A narrativa em torno de pares binários radicalmente opostos, confere aos argumentos um caráter moral e ao autor uma feição de missionário, que luta contra o mal. Se a grande chave de divisão do mundo ocorre entre Estado e mercado, tudo o que não é liberalismo econômico, em sua versão extrema, se torna indistinto. Assim, sem muitas mediações, comunismo, nazismo, fascismo, peronismo e bolivarianismo logo se transformam em um todo indistinto, que escolhe os caminhos das sociedades política e economicamente fechadas. Esse é o pressuposto da sua argumentação quando ele define os regimes trabalhista e previdenciário brasileiros como “politicamente anacrônicos, economicamente desastrosos e socialmente perversos”, por terem sido formulados em “sistemas políticos fechados (na Alemanha imperial de Bismarck e na Itália fascista de Mussolini), e desde então cultivados por obsoletos programas social-democratas” (GUEDES, 2018). O argumento emula Mises e o Hayek de “O Caminho da Servidão”, ainda distante das formulações mais sofisticadas da trilogia “Law, Legislation and Liberty”. Como consequência, Guedes constrói duas Américas Latinas, uma comprometida com sociedades fechadas e outra com o mercado, tido como sinônimo de democracia.

De um lado, no cinturão do Pacífico, estão Chile, Peru, Colômbia e México. Transformando a crise em oportunidade, aprofundam reformas de modernização e mergulham suas economias nos mercados globais, em busca de uma integração competitiva à nova ordem mundial. De outro lado estão Cuba, Venezuela, Bolívia, Equador e Argentina, na rota equivocada das pequenas sociedades política e economicamente fechadas. Do trágico peronismo do século XX ao socialismo bolivariano do século XXI, acumula-se a evidência empírica de um grande desastre causado por ideologias obsoletas (GUEDES, 2012).

Podemos, então, retornar às declarações do mesmo Guedes, reproduzidas no início do presente texto. A recusa ao Mercosul é, na verdade, a recusa às ideologias obsoletas, que impedem o livre curso da razão individual. O liberalismo econômico, por sua vez, não é uma ideologia, mas a fiel representação do único caminho realista para uma sociedade livre, eficiente e democrática. Para Guedes, o mercado é não apenas uma forma de organizar a economia, mas um modelo político aplicável sem mediações e mesmo um esquema de circulação das ideias.

A escolha pelas sociedades abertas da América Latina é, portanto, uma escolha pelo capitalismo, que não constrói fronteiras e segue apenas o curso da

eficiência. O alinhamento com os Estados Unidos não ocorre em razão de um Ocidente culturalmente delineado, como se dá no misto de reacionarismo e neoconservadorismo de Olavo de Carvalho e Ernesto Araújo, ou mesmo no neoconservadorismo dos militares, mas antes decorre de uma imagem de eficiência e livre-vigência do mercado, que tem no bolivarianismo seu extremo oposto.

A convergência em relação ao objetivo prático imediato, o alinhamento aos Estados Unidos, pode esconder as diversas feições de cada um desses americanismos. Como em outros terrenos, a heterogênea coalizão, agora organizada em torno do Governo Bolsonaro, revela divergências de fundo em meio a suas convergências. Quais seriam, entretanto, as razões da convergência dessa imagem da América Latina como outro, um inimigo próximo, em perspectivas ideológicas e temporais diversas?

3. Considerações finais: algumas razões para a persistência de um discurso

192

A persistência de um discurso por certo sugere hipóteses, seja sobre as feições do próprio discurso, seja sobre os seus objetos e contextos. O presente artigo pretendeu expor a longevidade de representações negativas da América Latina no debate público brasileiro e como, sobretudo após 1945, a narrativa dos países latino-americanos como um *inimigo próximo* ou um *exemplo equivocado* foi relevante para construir a identidade de várias tradições da direita brasileira. A presença dessa ideia em atores e contextos diversos nos permite esboçar algumas possíveis interpretações.

A retórica da *ameaça* (HIRSCHMAN, 2019) é uma das marcas de discursos à direita do espectro político e frequentemente constrói inimigos de forma a produzir coesão dentre suas hostes. Trata-se, ademais, de narrativa que, por sua dimensão esquemática e simples, pode ser reproduzida em contextos diversos e contra adversários distintos, já que a determinação da figura desse outro passa, sobretudo, pela representação da própria identidade. Se a longevidade do discurso se deve, em parte, à sua capacidade de se adaptar a cenários diversos, desponta a questão sobre a reincidência da escolha da América Latina, que passa a constituir um tipo de *oriente próximo*, em dinâmica semelhante ao orientalismo exposto por Edward Said.

Algumas respostas, mais vinculadas às conjunturas específicas, são delineadas ao longo no texto. Nesse sentido, tanto a disparidade entre os processos de independência do Brasil e do resto do subcontinente, assim como dos distintos regimes políticos então produzidos, como a trajetória da esquerda latino-americana ao longo da segunda metade do século XX são parte central da resposta. Há, todavia, certa questão, de mais longo fôlego, que passa pela própria visão do lugar do Brasil no mundo. A menção ao perigo latino-americano, que por vezes sugere uma ameaça de infiltração iminente, e em outros momentos emerge como via política indesejável, frequentemente está relacionada ao temor das rupturas possíveis em um contexto de emergência das massas na política. Esse temor frequentemente iguala a via revolucionária, como em Cuba ou mesmo no Chavismo, e a implantação de reformas nacional-populares de redução das desigualdades e inclusão, mesmo que por meio de aparatos corporativistas.

Há, nessa narrativa, a revelação de um falso igualitarismo como razão de uma corrupção de valores, que aproxima o discurso de Carlos Lacerda sobre o peronismo, os de Olavo de Carvalho e Ernesto Araújo sobre o bolivarianismo comunista do Foro de São Paulo, e a recusa ao populismo econômico de Paulo Guedes. Dessas continuidades, é possível refletir sobre um possível modo de se definir o campo da ultradireita no pensamento político brasileiro. O campo se distinguiria pela compreensão da emergência das massas subalternas como uma ameaça à própria ordem democrática. Nesse sentido, enquanto a direita mais moderada se oporia a processos de democratização (BROWN, 2015), entendidos como ampliação da participação efetiva de grupos na disputa da ordem pública, mas não lhes atribuiria caráter antidemocrático, a ultradireita atribuiria uma explícita natureza antidemocrática a esses movimentos.

A realidade, por certo, é mais complexa do que as categorias abstratas, que buscam interpretá-la, de modo que mais importante do que enquadrar atores em tradições é compreender movimentos políticos. Nesse sentido, a adesão dos setores mais moderados da UDN ao lacerdismo se assemelha ao movimento de questionamento da legitimidade da esquerda dentre setores do PSDB, no sentido de que ambos são movimentos de radicalização de uma direita moderada rumo ao terreno ultradireita, esta última uma força política que carregaria em sua própria

definição a naturalização das rupturas por cima ante a ordem democrática. O discurso da ameaça latino-americana é um bom sintoma desse movimento.

A escolha da América Latina como outro decorre da replicação no cenário global de uma lógica hierárquica interna, na qual há certa subalternidade a uma cultura a qual não pertencemos completamente, seja como busca de uma herança ibérica perdida ou enquanto desejo de reprodução dos caminhos de centro ocidental, quase sempre identificado aos Estados Unidos²⁶. Em ambas as narrativas, há uma forte hierarquia que organiza a geopolítica e a ordem social brasileira entre escalões, de modo que a naturalização do lugar secundário do país na ordem internacional é replicada pela forte estratificação político-social, com marcada divisão entre elites e massas, na ordem interna. Esse vínculo entre ordem e hierarquia atravessa todos os autores analisados no texto.

O argumento homogeneizante de uma ameaça externa latino-americana certamente diz menos dos países representados do que dos embates em torno da implantação de uma ordem democrática no Brasil.

Referências²⁷

ALMINO, João. *Os democratas autoritários: liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituinte de 1946*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ARAUJO, Ernesto. Trump e o Ocidente. In: *Cadernos de Política Exterior*. Fundação Alexandre de Gusmão ano III, número 6, 2017.

26 O debate em torno da obra de Richard Morse, que envolveu críticas de Simon Schwartzmann, resposta do brasilianista e intervenções posteriores de diversos autores, dentre os quais Otávio Velho e José Guilherme Merquior, retoma ao longo do processo de redemocratização longevos argumentos sobre os vínculos intelectuais e culturais do Brasil com o mundo.

²⁷ <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fiador/>

https://www.clarin.com/mundo/futuro-jefe-hacienda-brasil-mercosur-argentina-prioridad_0_x2oQw-tbO.html

https://www.clarin.com/mundo/futuro-jefe-hacienda-brasil-mercosur-argentina-prioridad_0_x2oQw-tbO.html

https://www.clarin.com/mundo/futuro-jefe-hacienda-brasil-mercosur-argentina-prioridad_0_x2oQw-tbO.html

<https://oglobo.globo.com/brasil/paulo-guedes-diz-que-mercosul-nao-sera-prioridade-em-governo-bolsonaro-23194734>

ARAUJO, Ernesto. *Discurso do ministro Ernesto Araújo durante cerimônia de Posse no Ministério das Relações Exteriores*. Disponível em [http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/19907-discurso-do-ministro-ernesto-araujo-durante-cerimonia-de-posse-no-ministerio-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2019]

ARAUJO, Ricardo Benzaquen. *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

ARDAO, Arturo. *Génesis de la idea y el nombre de América Latina*. Caracas: Centro de Estudios Latinoamericanos Romulo Gallegos, 1980.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 289-321, julho dezembro de 2009.

BILAC PINTO, Olavo. *Guerra Revolucionária*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1964.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007.

195

BROWN, Wendy. 2015. *Undoing the demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. Cambridge: The MIT Press.

CARDOSO, Fernando Henrique. Esquerda e Populismo na América Latina. *Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 7, 06 jun. 2006.

CARVALHO, José Murilo. *Brasil: outra América?* In: CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2005.

CARVALHO, José Murilo. *Brasil: nações imaginadas* In: CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2005.

CARVALHO, José Murilo. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

CARVALHO, José Murilo. *Introdução*. In: URUGUAI, Paulino José Soares de Souza; CARVALHO, José Murilo de. *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002.

CARVALHO, Olavo. *Astros e símbolos*. São Paulo: Nova Stella. 1985.

CARVALHO, Olavo. *Astrologia e religião*. São Paulo: Nova Stella. 1986.

CARVALHO, Olavo. *A nova era e a revolução cultural*: Fritjof Capra & Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: Instituto de Artes Liberais & Stella Caymmi. 1994.

CARVALHO, Olavo. *O jardim das aflições*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

CARVALHO, Olavo. *O imbecil coletivo*: atualidades inculturais brasileiras. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade. 1996.

CARVALHO, Olavo. *O futuro do pensamento brasileiro*: Estudos sobre o nosso lugar no mundo. Rio de Janeiro: Vide Editorial, 1997.

CARVALHO, Olavo. O Foro de São Paulo, versão anestésica. *Diário do Comércio*, 15 de janeiro de 2007. Disponível em [<http://olavodecarvalho.org/o-foro-de-sao-paulo-versao-anestesica/>]

CARVALHO, Olavo. Porque a direita sumiu. *Diário do Comércio*, 2 de março de 2012. Disponível em [<https://olavodecarvalho.org/por-que-a-direita-sumiu/>]

CARVALHO, Olavo. Extinguindo o inexistente. *Diário do Comércio*, 11 de setembro de 2014. Disponível em <https://olavodecarvalho.org/extinguindo-o-inexistente/>

CARVALHO, Olavo. *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*. Rio de Janeiro: Record, 2013.

CARVALHO, Olavo de; DUGIN, Alexandre. *Os EUA e a Nova Ordem Mundial*. Campinas, SP: VIDE Editorial, 2012.

CASSIMIRO, Flávio. *A Nova Direita – aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CHALOUB, Jorge. *O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946*. Tese de doutorado em Ciência Política. IESP-UERJ, 2015.

CHALOUB, Jorge. O liberalismo de Carlos Lacerda. *Dados* vol.61 no.4 Rio de Janeiro Out./Dec. 2018.

CHALOUB, Jorge. O Brasil dos bacharéis: um discurso liberal udenista. *Lua Nova*, n.107, 2019, pp.263-304.

CHALOUB, Jorge, LIMA, Pedro. *Corruption and Neoliberalism in Contemporary Brazil*. In: BIANCHI, Bernardo; CHALOUB, Jorge; RANGEL, Patrícia; WOLF, Frieder Otto. (Org.). *Democracy and Brazil: Collapse and Regression*. Oxford: Routledge, Taylor and Francis, 2020, v. 1, p. 120-151.

CHALOUB, Jorge; LIMA, Pedro; PERLATTO, Fernando, *Direitas no Brasil contemporâneo*. *Teoria e Cultura*, UFJF v. 13 n. 2 Dezembro, 2018.

COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967.

COUTO E SILVA, Golbery. *Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica e Poder*. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

DARDOT, Pierre, LAVAL, Christian. *La nouvelle raison du monde : Essai sur la société néolibérale*. Paris : La Découverte, 2010.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

ESTADO DE SÃO PAULO. Editorial de 07 de outubro de 2018. Disponível em [<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,pior-do-que-a-venezuela,70002536054>]

FERES JR., João. *A história do conceito de "Latin America" nos Estados Unidos*. Bauru: Edusc, 2004.

197

FOLHA DE SÃO PAULO, Editorial de 23 de maio de 2016, p. 07. Disponível em [<https://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2016/05/1774006-serra-no-itamaraty.shtml>]

FRASER, Nancy. Progressive Neoliberalism versus Reactionary Populism: A Choice That Feminists Should Refuse. *NORA - Nordic Journal of Feminist and Gender Research* 24 (4), 2016, 281–284.

GUEDES, Paulo. *Milton Friedman*. *Jornal O Globo*, 27 de novembro de 2006, p. 7.

GUEDES, Paulo. *Beco sem saída*. *Jornal O Globo*, 27 de maio de 2014, p. 7.

GUEDES, Paulo. *Atropelo bolivariano*. *Jornal O Globo*, 14 de janeiro de 2013, p. 7.

GUEDES, Paulo. *Corrupta e Injusta*. *O Estado de S. Paulo*, 4 de abril de 2017a, p. 6.

GUEDES, Paulo. *Tudo Muda em 2018*. *Jornal O Globo*, 07 de novembro de 2017b, p. 7.

GUEDES, Paulo. *Erros do passado*. *Jornal O Globo*, 19 de março de 2018, p. 7.

GUEDES, Paulo. *Discurso do ministro da Economia, Paulo Guedes, durante cerimônia de transmissão de cargo em 02 de janeiro de 2019*. Disponível em [<https://static.poder360.com.br/2019/01/Discurso-Paulo-Guedes-1.pdf>]

GUENON, Rene. *The Crisis of the Modern World*. Nova Iorque: Sophia Perennis, 2001.

GUIMARÃES, Cesar. *Vargas e Kubitschek: A Longa Distância entre a Petrobrás e Brasília*. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

HIRSCHMAN, Albert. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

HOFSTADTER, Richard. *The Paranoid Style in American Politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1964.

HUNTINGTON, Samuel. *O Choque das Civilizações*. Lisboa: Gradiva, 1996.

IFVERSEN, Jan, *Quem são os ocidentais?* In: FERES JUNIOR, João, JASMIN, Marcelo Gantus (org.). *História dos Conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed Puc-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2007.

KAYSEL, ANDRÉ. *Entre a Nação e a Revolução: Marxismo e Nacionalismo no Peru e no Brasil (1928-1964)*. São Paulo: Alameda, 2018.

KAYSEL, Andre; CHALOUB, Jorge. *O enigma do populismo na América Latina: conceito ou estereótipo?* In: RIBEIRO, Ednaldo; BATISTA, Mariana; ARANTES, Rogério. *As Teorias e o Caso*. E. UFABC, 2020 (no prelo).

LACERDA, Carlos. Editorial da Tribuna de Imprensa de 05 de abril de 1950, p. 4.

LACERDA, Carlos. Editorial da Tribuna de Imprensa de 25 de maio de 1950, p. 4.

LACERDA, Carlos. Editorial da Tribuna de Imprensa de 19 de junho de 1950, p. 4.

LACERDA, Carlos. Editorial da Tribuna de Imprensa de 31 de outubro de 1950, p. 4.

LACERDA, Carlos. Editorial da Tribuna de Imprensa de 20 de setembro de 1955, p. 4.

LACERDA, Carlos. *O Poder das Ideias*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1964.

LACERDA, Carlos. *Discursos parlamentares: seleta*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

LAHUERTA, Milton. *Elitismo, autonomia, populismo: os intelectuais na transição dos anos 1940*. São Paulo: Andreato Comunicação e Cultura, 2014.

LYNCH, C. E. C. O caminho para Washington passa por Buenos Aires: A recepção do conceito argentino do estado de sítio e seu papel na construção da República brasileira (1890-1898). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 27 nº 78 Fevereiro /2012

MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2005.

MOTTA, Marly da Silva. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado. *Nossa História*. Rio de Janeiro, nº19, p.72-25, mai. 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

MUSSI, Daniela; BIANCHI, Alvaro. Os inimigos de Gramsci. *Jacobin Brasil*, número 1, 2019. Disponível em [<https://jacobin.com.br/2020/04/os-inimigos-de-gramsci/>]

NABUCO, Joaquim. *Balmaceda*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

199

NASH, George. *The Conservative Intellectual Movement in America: since 1945*. New York: Basic Books, 1976.

NEIBURG, Federico. *Os Intelectuais e a Invenção do Peronismo*. São Paulo: Edusp, 1997.

O GLOBO, Editorial de 20 de abril de 2016. Disponível em [<https://oglobo.globo.com/opiniaio/bolivarianos-dilma-se-isolam-na-farsa-do-golpe-19128326>]

PEIXOTO, Antônio Carlos. *O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964)*, In: ROUQUIÉ, Alain (org.) *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

PHILLIPS-FEIN, Kim. Conservatism: A State of the Field. *Journal of American History*. 98.3. p.723-743, Dezembro/2011.

TEITELBAUM, Benjamin R. *War for Eternity: Inside Bannon's Far-Right Circle of Global Power Brokers*. Nova Iorque: Dey Street Books, 2020.

TRILLO, Maurício Tenório. América Latina: a ideia, mais uma vez. *INTERSEÇÕES* [Rio de Janeiro] v. 14 n. 2, p. 241-267, dez 2012.

REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ROCHA, Camila. “‘Imposto é roubo’. A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff.” *DADOS – Revista de Ciências Sociais* 62 (3), 2019.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SLOBODIAN, Quinn. *Globalists: The End of Empire and the Birth of Neoliberalism*. Cambridge: Harvard University Press, 2018.

SPENGLER, Oswald. *A decadência do Ocidente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

URUGUAI, Paulino José Soares de Souza; CARVALHO, José Murilo de. *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002.

VAISSE, Justin. *Neoconservatism: The Biography of a Movement*. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

Latin America as another: a speech by the Brazilian right

Abstract: This article aims to reflect on the ruptures and continuities in the uses of the concept of Latin America, as well as other terms related to it, such as Peronism and Bolivarianism, throughout the Republic of 1946 and after the PT's electoral victory in the 2002 elections. The objective is to identify the long duration of some arguments of the Brazilian contemporary ultra-right, without losing attention to its inflections and changes. To this end, this text will, at first, briefly expose representations about Latin America throughout the Republic of 1946, based on the editorials by Carlos Lacerda in the newspaper *Tribuna da Imprensa*. Subsequently, the text will address the presence of this discourse in contemporary Brazilian ultra-right, with the analysis of three public intellectuals from the field: Olavo de Carvalho, Ernesto Araújo and Paulo Guedes. Finally, the text will take some hypotheses about the reasons for the continuities and ruptures that mark this discourse.

201

Keywords: Rights; Latin America; Peronism; Bolivarianism; ultra-right

América Latina como otra: un discurso de la derecha brasileña

Resumen: Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre las rupturas y continuidades en los usos del concepto de América Latina, así como otros términos relacionados con él, como el peronismo y el bolivarianismo, durante la República de 1946 y después de la victoria electoral del PT en las elecciones de 2002. El objetivo es identificar la larga duración de algunos de los argumentos de la ultraderecha brasileña contemporánea, sin perder de vista sus inflexiones y cambios. Con este fin, el presente texto, al principio, expondrá brevemente representaciones sobre América Latina en la República de 1946, basadas en los editoriales de Carlos Lacerda en *Tribuna da Imprensa*. Posteriormente, el texto abordará la presencia de este discurso en la ultraderecha brasileña contemporánea, con el análisis de tres intelectuales públicos del campo: Olavo de Carvalho, Ernesto Araújo y Paulo Guedes. Finalmente, el texto tomará algunas hipótesis sobre las razones de las continuidades y rupturas que marcan este discurso.

Palabras Clave: Derechas; América Latina; Peronismo; Bolivarianismo; Ultraderecha